

de julho de 1855, documentos com que provem as suas habilitações litterarias, e os empregos que tiverem servido, com certidão de corrente dos de responsabilidade fiscal. Todos os citados documentos deverão ser originaes.

Secretaria do conselheiro ultramarino, em 12 de junho de 1860.—O impedimento do secretario, Antonio Julio de Castro Pinto Magalhães, 1.º official.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

A mesa da santa casa da misericórdia d'esta corte manda annunciar que no dia 20 do corrente mez de junho ha de ter logar o pagamento dos dotes ás orphãs, cujos requerimentos já se acham despachados na contadoria da mesma santa casa, e houverem verificado os seus casamentos até ao fim de maio do corrente anno.

Contadoria da santa casa da misericórdia de Lisboa, 11 de junho de 1860.—O official maior, Antonio Laidoro de Almeida.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Sendo necessario mandar para Timor um cirurgião aprovado por alguma das escolas do reino, abre-se concurso perante o conselho de saude naval e do ultramar para o provimento do referido logar. Os facultativos que se acharem nas circumstancias de desempenhar aquella commissão poderão entregar os seus requerimentos, devidamente documentados, no hospital da marinha, declarando as vantagens que pretendem.

Hospital da marinha, 7 de abril de 1860.—Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

REPARTIÇÃO DE SAUDE DO EXERCITO

Quem quizer fornecer quatrocentas arrobas de palha de centeio para enxergas, e cincoenta arrobas de palha de milho para alfomadinhas, póde comparecer no hospital militar permanente de Lisboa, á Estrella, no dia 20 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, onde serão recebidas as respectivas propostas em carta fechada.

Em 14 de junho de 1860.—O cirurgião em chefe do exercito, Francisco de Assumpção.

CAMARA MUNICIPAL DE BELEM

Não se tendo podido verificar as arrematações annunciadas para hoje; a saber: da contribuição municipal de 16 réis em arratel de carne verde de gado bovino, e 11 réis em arratel de carne verde de gado lanigero ou caprino; bem como dos rendimentos dos mercados do peixe e do carvão em Belem, e dos tanques de lavagem de roupa em Pedrouços; ficam as ditas arrematações transferidas para o dia 22 do corrente, ás dez horas da manhã, sem prejuizo de terem tambem logar as arrematações, annunciadas para o mesmo dia, do serviço da limpeza do concelho e régua da estrada desde as portas de Alcantara até Pedrouços, e do rendimento e serviço das afeições.

Pao do concelho de Belem, em 16 de junho de 1860.—O vice-presidente, Francisco Evangelista Pacheco.

INTENDENCIA DAS OBRAS PUBLICAS DO DISTRITO DE LISBOA

A intendencia das obras publicas do distrito de Lisboa pretende vender em hasta publica os objectos provenientes do desmancho do telheiro da Cova da Moura, que são:
Duas cancellas com grades
Uma dita grande, porta com grade
Uma porção de lenha velha
Uma pia de pedra.

As pessoas que pretenderem comprar os referidos objectos compareçam n'esta intendencia no dia 22 do corrente, ao meio dia.

Intendencia, 14 de junho de 1860.—O contador interino, Antonio Fernandes Leal Junior.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS Para Lisboa
Antonio José da Costa, Antonio Maria Couceiro, Antonio Maria dos Santos Brilhante—Eduardo Aida, Prazeres—Rafael José da Cunha—Vigario geral do patriarchado.

CARTAS RETIDAS POR FALTA DE FRANQUIA Para Lima
D. Vicente Carreira.

Para New York
Elias Bramean.
Administração central do correio de Lisboa, em 14 de junho de 1860.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 8 DE JUNHO
PRESIDENTE O EX.º SR. VISCONDE DE LAROBIM
VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (D. Pedro Brito do Rio.
(Assistiam os srs. presidente do conselho e ministro da justiça.)

Depois das duas horas da tarde, tendo-se verificado a presença de 26 dignos pares, declarou o ex.º sr. presidente aberta a sessão.

Leu-se a acta da antecedente, contra a qual não houve reclamação.

O sr. secretario Conde de Mello deu conta do seguinte expediente:

Um officio da presidencia da camara dos srs. deputados, enviando uma proposição sobre ser relevado o governo da responsabilidade em que incorreu desviando de sua especial applicação certas sommas, e excedendo outras votadas; e sobre o modo de prover aos pagamentos que deixaram de fazer-se em virtude desse desvio.

A commissão de fazenda.

—Do ministerio do reino, enviando 100 exemplares dos relatorios sobre o estado da administração publica nos districtos administrativos do continente do reino e illas adjacentes, com referencia ao anno de 1858.

Mandaram-se distribuir.
—Do secretario interino da academia real das sciencias de Lisboa enviando para serem distribuidos pelos dignos pares 50 exemplares do 18.º volume do Quadro Elementar das Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal, e da 1.ª parte do 2.º volume das Lendas da India, por Gaspar Correia.

Mandaram-se distribuir.

O sr. Visconde de Balsemão:—sr. presidente, é para mandar para a mesa um requerimento que me parece urgente (lev).

«Requerimento que pela presidencia d'esta camara se passem as ordens necessarias para que sejam impressas as actas d'esta camara, anteriores a 1845, que o não foram. Camara dos pares, 8 de junho de 1860.—Visconde de Balsemão.»

Mouve-me a fazer este requerimento um incidente que houve n'esta camara, quando se constituiu em tribunal de justiça; que era não estarem presentes todos os membros d'esta casa ás disposições que se lançaram na acta; para que possam funcionar nas sessões do tribunal quizessem parces que não assistiram á primeira reunião da camara. Eu confesso que não estava presente; n'estas circumstancias, pois, estou persuadido que muitos pares estão no mesmo caso; e isto porque não temos as actas d'esta sessão, e isto pôde ser possível estar a recorrer ao *Diário de Lisboa*.

Parece-me pois que se podia remediar este mal d'esta maneira, imprimindo-se as actas desde 1852 para cá, assim como estão impressas as posteriores. Mando para a mesa o meu requerimento, e peço desde já a sua urgencia.

Tendo a camara reconhecido a urgencia do requerimento; foi elle posto a votos, e aprovado.

O sr. Visconde de Sá:—sr. presidente, vou mandar para a mesa um requerimento (lev).

Agora vou lembrar á camara que, em 16 de abril d'este anno, renovei uma proposta, que havia feito em 30 de abril de 1855, a fim de se estabelecerem certas regras, para regular o serviço d'esta camara, quando esta se constituir em sessão secreta, seja para discutir tratados seja para quizessem outras materias. Eu desejava pedir á commissão, a que esta proposta foi remetida, que desse o seu parecer com a possível brevidade; pois como na outra casa do parlamento tem havido algumas sessões secretas, é possível que sobre o mesmo objecto as haja tambem n'esta camara.

Pedia pois que a este negocio se desse andamento, porque, a fallar a verdade, nas sessões secretas ha uma especie de anarchia que é preciso acabar.

O sr. secretario Conde de Mello:—a proposta de v. ex.ª está affecta á commissão do regimento da qual é presidente o sr. visconde de Algés.

Como este digno par se acha bastante incommodado por isso não tem ella mais tempo dado o seu parecer.

A mesa compete o tratar de supprir essa falta.

Leu-se em seguida a proposta do sr. visconde de Sá.

«Requerio que se peça ao ministerio da marinha e ultramar uma copia das instrucções que deve levar o novo governador geral de Angola, relativas: 1.ª, á execução das leis, decretos e portarias que tem por fim a extinção do trafico da escravatura; 2.ª, á execução do decreto de 3 de novembro de 1855, que prohibia a pratica illegal existente em uma parte d'aquella provincia, pela qual os pretos livres, subditos portuguezes, eram forçados a fazer o serviço denominado de carregadores. Camara dos pares, 8 de junho de 1860.—Sá da Bandeira.»

Sendo posta a votos, foi aprovada.

O sr. Visconde de Ponte Arcada:—sr. presidente, foram apresentados n'esta camara dois projectos de lei sobre morgados que se mandaram imprimir no *Diário*. Eu desejava, que aquelle que já aqui foi apresentado por uma commissão de que fiz parte, e cuja iniciativa renovei, fosse tambem impresso no *Diário de Lisboa*, independentemente do relatório; peço a v. ex.ª que o queira mandar imprimir, por isso que já ha muito que foi publicado.

O sr. Felio Pereira de Magalhães:—sr. presidente, eu pedi a v. ex.ª a palavra para ler um parecer da commissão de fazenda (lev).

Dispensada a segunda leitura, mandou-se imprimir.

O sr. Visconde de Ponte Arcada:—sr. presidente, eu desejava fazer uma pergunta a v. ex.ª V. ex.ª determinou que este projecto se mandasse imprimir?

O sr. Presidente:—sim, senhor.

O Orador:—pois muito bem; eu então pedia a v. ex.ª que esse projecto não entrasse em discussão, senão depois de nos ter sido distribuido com bastante antecedencia, visto que é um negocio de muita consideração. Eu pedia que ao menos se dessem tres dias uteis para elle ser estudado.

O sr. Presidente:—primeiramente ha de imprimir-se, e em seguida ser distribuido por todos os dignos pares; e em quanto aos tres dias de que fallou v. ex.ª, é esse o tempo que o regimento marca. Sem este tempo não pôde entrar em discussão qualquer projecto, principalmente quando ver se sobre negocios d'esta importancia.

O sr. Visconde de Ponte Arcada:—acresce a isto, sr. presidente, a circumstancia de que a commissão teve todo o tempo que desejei, para poder estudar o projecto, no que teve muita razão; ora, se a commissão precisou tanto tempo para dar o seu parecer, porque não havemos nós ter tambem o que for preciso para o podermos estudar; já que não tivemos a conveniencia que teve a commissão de o poder ver á sua vontade por tantos dias?

O sr. Margiochi:—sr. presidente, é para mandar para a mesa dois pareceres da commissão de fazenda, que passo a ler (lev).

Foi dispensada a segunda leitura.

O sr. Visconde de Alhoquinha:—sr. presidente, o sr. visconde de Balsemão pedia a v. ex.ª e á mesa que fossem dadas as precisas ordens a fim de serem impressas todas as actas d'esta camara, e julguei eu que s. ex.ª concluiria pedindo a v. ex.ª tambem para que fosse decidido se os dignos pares que não compareceram na primeira sessão da camara, constituida em tribunal de justiça, podiam concorrer nas subsequentes sessões do mesmo tribunal, dando-se assim execução ao que fôra decidido n'esta casa, sobre proposta do meu fallecido amigo o conde das Antas, e que alterou o nosso regimento o qual determinava que sómente os pares que assistiram á primeira sessão d'esta camara constituida em tribunal de justiça podiam fazer parte do mesmo tribunal nas subsequentes sessões; como o digno par não fez a v. ex.ª esse requerimento, faço-o eu pedindo a v. ex.ª que logo que pela mesa tiverem sido consultadas as actas, entre as quaes deverá apparecer aquella em que consta da alteração do regimento a que me referi, v. ex.ª pelo seu prudente arbitrio proponha opportunamente á discussão da camara o que tiver por melhor sobre este assumpto, bem certo que v. ex.ª em vista das circumstancias em que estamos dará a este meu pedido brevisima solução.

O sr. Presidente:—este objecto de que se está tratando tenho-o diante de mim, é um negocio de muita consideração, hei de primeiro estudá-lo, e po-lo-hei em seguida á votação. Tem a palavra o digno o sr. visconde de Castro.

O sr. Visconde de Castro:—pedi a palavra antes da ordem do dia, e sinto que me caiba no meio de uma discussão que eu não desejava interromper. Pedi a palavra para declarar á camara, que no extracto do meu discurso, impresso no *Diário* de 4 d'este mez, e pronunciado na sessão em que se tratou do projecto de lei sobre a diminuição do direito das aguardantes estrangeiras, houve um erro de imprensa que convem remover. Eu disse que o novo direito da aguardante era ainda tão protector da industria vinicola, que se fosse possível ao especulador recebe-la nas praias de França ou de Inglaterra como se recebe a aguarda para os navios ainda assim não poderia concorrer commo os annos de colheitas regulares, etc., e no *Diário* apparece em logar da aguarda aguardeiro, o que transfôrta todo o sentido do meu argumento.

Eu podia mandar uma errata para o *Diário*, porém julguei melhor fazer aqui esta rectificação, e espero que os srs. tachygraphos tomarão nota do que acabo de expor.

O sr. Marquez de Vallada:—esta questão é complexa, não pôde ser levada de assalto. Uma decisão qualquer que fosse tomada desde já não podia ter importancia, porque podia ser taxada de precipitada. Diz-se que houve uma resolução tomada por esta camara sobre proposta apresentada pelo meu defuncto amigo, o sr. conde das Antas; mas pôde alguem asseverar desde já que não foi revogada por alguma outra?

O digno par que fallou sobre este objecto, para corroborar as suas asserções, apresentou o extracto da sessão em que o sr. conde das Antas fez aquella proposta, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d'aquelle trabalho e desse, o mais depressa possível, o resultado dos seus trabalhos, e é essa tambem a opinião do orador; mas quanto á questão suscitada parece-lhe melhor adiar para outra occasião, pois é necessario estudá-la para ser resolvida com toda a circumspecção e prudencia, e isso corrobora cada vez mais a opinião dos que mostram a necessidade de se fazer um novo regimento. (Vozes:—é verdade.) O sr. visconde de Balsemão tem instado muito fortemente com aquella tenacidade que é propria de s. ex.ª, para que uma commissão se encarregasse d

como corpo legislativo, revogando uma disposição do seu regulamento, quando constituída em tribunal de justiça, deve ficar substituída a disposição revogada, e fazendo parte do mesmo regulamento. A segunda é se a resolução d'este negocio pertence á camara como corpo legislativo, ou como tribunal de justiça.

O sr. Presidente do conselho de ministros (Aguar): — parece-lhe, não obstante estar nos conselhos da coroa fazendo parte do ministério, que poderá como par fallar n'esta casa sobre a questão que se tem ventilado (apoiados).

O nobre orador não pôde resistir á impressão que lhe fez o ver que se pôde ir tomar uma resolução, na qual fique envolvida a dignidade d'esta camara (apoiados); e como par que é, deve pugnar pela dignidade da corporação a que se honra de pertencer. Que esta questão de competência da camara dos dignos pares, como tribunal de justiça, é totalmente diferente de outras que pertencem a esta casa como corpo legislativo; e que pertence exclusivamente ao mesmo tribunal, ninguém pôde duvidar (apoiados). Maravilhoso-o, confessa, ver que o sr. presidente precisa de tempo para estudar esta questão! Pois, porque o tribunal de justiça se deve regular por um regulamento feito por esta camara, segue-se por ventura que as questões que se suscitarem sobre a sua competência, sobre a sua organização, e sobre a legalidade da sua composição, não de ser resolvidas por esta casa? Dirá a camara que lhe pertence, como corpo legislativo, fazer a applicação d'essa lei, ou d'esse regulamento, a casos particulares? De certo que não.

A questão só tem sido esta; e é esta. (O sr. visconde de Balsemão:— não é.) Pois se não é esta, eu não sei qual seja a questão.

O sr. Visconde de Balsemão:— peço a palavra.

O sr. Visconde de Gouveia:— eu peço a palavra sobre a ordem.

O orador:— eu sou par do reino, e n'esta qualidade é que fallei...

O sr. Visconde de Castro:— eu cuido que tenho a palavra sobre a ordem?

O sr. Presidente:— o digno par tem a palavra sobre a ordem, e eu hei de dar-lhe a palavra...

O sr. Visconde de Castro:— mas não deu, e preferiu-me pelo sr. presidente do conselho.

O sr. Presidente:— como s. ex.^a queria fallar sobre a materia, é que me esqueceu dar a palavra a v. ex.^a O sr. presidente do conselho dirigiu-se a mim, e disse que se admirava de eu querer estudar a materia; devo por tanto declarar que o estudo que eu queria fazer não era sobre esse objecto, mas para ver se a camara tinha tomado uma resolução definitiva sobre este objecto, porque alterar esta resolução era contra a dignidade da camara (apoiados).

O sr. Presidente do conselho de ministros (Aguar): acha bem que s. ex.^a estudasse a questão. De certo o presidente deve estar habilitado para tratar de uma questão que pendente n'este tribunal; mas parece-lhe que s. ex.^a quer habilitar-se, não como presidente do tribunal, mas como presidente da camara, não para decidir este negocio no tribunal, mas para o submeter á camara dos pares, e a isso é que entende o orador que não pôde acceber a camara.

A questão, chama-lhe assim, ainda que para si o não seja, e suppe que não a considera tal nenhum jurista, que esteja habituado a julgar nos tribunales, onde se apresentam todos os dias questões d'esta natureza, e que faz applicação da lei como contendo, seja nos tribunales superiores, para que ha recurso dos tribunales inferiores, ou mesmo nos tribunales de que não ha recursos, e que reconsideram as suas decisões, e fazem o que manda a lei: a questão pois é, se pertence á camara legislativa, ou ao tribunal de justiça, tomar conhecimento, e resolver sobre quaes os membros de que deve compor-se o tribunal.

O orador declara que em sua consciencia não pôde votar que d'este negocio se faça questão da camara legislativa, porque é da competência da camara constituída em tribunal de justiça.

O sr. Barão de Porto de Mo:— apoiado.

O sr. Presidente:— respondo a v. ex.^a que, quando disse que estudaria este negocio, não era para consultar a camara, mas para saber se já estava resolvido por ella camara; pois se estava resolvido, era contra a dignidade da camara tomar outra resolução (O sr. visconde de Balsemão:— apoiado). Tem agora o sr. visconde de Castro a palavra sobre a ordem, e peço que me desculpe de lhe não ter dado já a palavra.

O sr. Presidente do conselho de ministros (Aguar):— esqueceu-me dizer outra coisa...

O sr. Visconde de Castro:— terceira vez não me levanto...

O sr. Presidente do conselho de ministros (Aguar):— peço perdão ao digno par, e não tenho mais que dizer...

O orador:— isto não é com v. ex.^a, é com a mesa...

O sr. Presidente:— pois se a mesa dá a palavra a v. ex.^a, e o sr. ministro se levanta, isso não é com a mesa, é com o sr. ministro.

O sr. Visconde de Castro:— eu não tenho aqui que pedir contas, como par, a nenhum dos meus collegas. V. ex.^a deixou fallar o sr. Joaquim Antonio de Aguiar quando eu já estava de pé...

O sr. Presidente:— quando o sr. Joaquim Antonio de Aguiar começou a fallar, já eu tinha dito que v. ex.^a tinha a palavra sobre a ordem, e portanto estava no meu direito.

O sr. Presidente do conselho de ministros (Aguar):— eu não digo mais uma palavra.

O sr. Presidente:— então tem o digno par a palavra.

O sr. Visconde de Castro:— eu tenho só duas palavras a dizer. Parece-me que depois de um digno par apresentar um requerimento, manda o nosso regulamento que v. ex.^a o ponha á votação da camara, e não pôde admitir a palavra a nenhum par, e muito menos que envie proposições par a mesa para serem votadas. Isto é o que tenho a dizer.

Houve aqui um requerimento, e segundo requerimento, e os dois dignos pares, reunidos ambos no mesmo pensamento, pediram a v. ex.^a que se passasse á ordem do dia...

O sr. Presidente:— sobre isto é que os dignos pares pediram a palavra.

O orador:— mas v. ex.^a não podia dar a palavra aos outros dignos pares, sem a camara votar primeiro esses requerimentos, e depois ainda me confirmo mais n'isto. Pois a questão é árdua, e tem occupado a attenção da camara por hora e meia, tem fallado pr e contra muitos dignos pares, e querem levar-me a votar já sobre a questão, quando v. ex.^a mesmo diz que lhe dêem o respiro necessario para a entender (apoiados).

Faga v. ex.^a o que quiser, mas eu entendo que os requerimentos dos dignos pares visconde de Athoia, e visconde de Gouveia, devem ser votados primeiro que tudo.

O sr. Presidente:— vão ler-se os requerimentos...

O sr. Visconde de Gouveia:— peço a palavra sobre a ordem.

O sr. Presidente:— tem a palavra.

O sr. Visconde de Gouveia:— creio que estamos todos concordes na idea principal, que é não tratarmos hoje d'este assumpto. A differença está na forma, ou nas palavras. A essencia do requerimento do digno par o sr. visconde de Athoia, é a mesma do meu. Se s. ex.^a quizesse Refugiado no meu, que é mais simples, conseguiríamos o mesmo resultado.

tado. Finalmente peço a v. ex.^a que cumpra o regulamento. Eu fiz um requerimento, deve ser posto em continente á votação (apoiados).

O sr. Presidente:— vou ver se posso combinar o requerimento do sr. visconde de Gouveia, ligado ao do sr. visconde de Athoia, do modo que a camara decida se esta questão não deve seguir; e que eu designe um dia, antes de se reunir o tribunal, não para decidir o negocio...

O sr. Visconde de Gouveia:— insisto para que terminemos este incidente. Os requerimentos estão formulados e definidos. Queira v. ex.^a pô-los á votação.

O sr. Presidente:— em tal caso venho a ficar autorisado para designar um dia em que se trate d'esta questão. Vou pôr á votação da camara o requerimento do sr. visconde de Gouveia.

Posto a votos foi aprovado.

O sr. Presidente:— está aprovado, e passamos á ordem do dia, que é o parecer n.º 18.

(Leu-se.)

O sr. Presidente:— está em discussão na sua generalidade.

O sr. Marquez de Vallada:— peço a palavra sobre a ordem.

O sr. Presidente:— tem v. ex.^a a palavra.

O sr. Marquez de Vallada:— diz que a ordem do dia era a sua interpegação ao sr. ministro da justiça, e n'essa idea veio o mesmo sr. ministro a esta casa; e como ss. ex.^{as} não podem vir sempre que os dignos pares querem, parece-lhe que deve aproveitar-se a presença n'esta camara do mesmo sr. ministro.

O sr. Presidente:— parece-me que não se tinha designado se havia de ser antes, se depois do parecer; entretanto trataramos em primeiro logar da interpegação. O digno par tem a palavra.

O sr. Marquez de Vallada:— quando levantou a sua voz n'esta tribuna, e chamou toda a attenção do governo sobre o trafico criminoso da moeda falsa, procurou logo mostrar a gravidade do mal, e pediu ao governo que providenciasse de prompto com o remedio necessario. Por essa occasião disse mais ao sr. ministro, que se por ventura dirigia os seus esforços a s. ex.^a, por alguns esforços que tinha empregado para repellir esse trafico criminoso, abstinha-se de julgar certos actos do governo sobre este particular, por isso que o negocio estava em andamento, com quanto entendesse que o sr. ministro se não devia satisfazer com os esforços que tinha feito, mas caminhar para diante, com a coragem indispensavel ao homem de estado, e que toma sobre seus hombros a tarefa que s. ex.^a tomou; e finalmente que esperava que o sr. ministro em tempo competente daria mais explicações á camara a este respeito, reservando-se-lhe o direito de pedir ao sr. ministro contas sobre a maneira como tinha procedido n'este negocio de dignidade nacional.

Tambem disse por essa occasião, que lhe parecia uma puerilidade assegurar que os criminosos eram apenas portugueses, ou que eram apenas estrangeiros, e que qualquer que fosse a sua nacionalidade, ou a ordem do estado a que pertencessem, a espada da lei devia cair sobre elles; e lembrou a s. ex.^a que havia um ponto muito grave, de que tratou largamente no seu discurso, que era a injuria feita ao ministro de uma potencia amiga, o representante do imperio do Brazil; que era portanto necessario dar-lhe uma satisfação, e leu até alguns trechos do direito das gentes, que provavam a favor da doutrina que tinha exposto.

Não vem agora fazer a segunda edição d'esse discurso, e sómente desempenhar-se da nova interpegação que annunciou ao sr. ministro da justiça, porque todos sabem que a imprensa periodica se occupou, com mais ou menos reserva, de alguns documentos que não appareceram ainda, mas de que se disse que havia conhecimento. Por sua parte não tem conhecimento d'elles senão pelo que se diz. Fallou-se de um relatório feito pelo digno par, o seu amigo, o sr. visconde de Gouveia, e de um certo manifesto n.º 16, a respeito do qual dirá de passagem, que tendo pedido a remessa d'esse manifesto a esta camara, porque lhe parece que não pôde haver duvida em que sejam remetidos a esta camara todos os documentos que têm relação com estes crimes, e que estão na camara dos srs. deputados, para, em sessão secreta, poderem os dignos pares escutar-se, como representantes da nação, e zeladores da sua dignidade, especialmente quando se tratar de conhecer tudo quanto existe a este respeito; apesar d'isso, os taes documentos ainda não foram enviados.

Disse que o sr. ministro da justiça conhece já, e não podia mesmo deixar de conhecer, qual o fim da interpegação. Deseja o orador que s. ex.^a diga qual o resultado das medidas adoptadas em virtude da lei especial que se votou sobre moeda falsa; e tambem pergunta ao sr. ministro da justiça: 1.º, se s. ex.^a entende que os esforços empregados são insufficientes por não serem sufficientes as medidas para se conseguirem os fins que se desejam; 2.º, se tem ténção de propor novas medidas sobre este importante assumpto. São estes os termos da interpegação. Espera que s. ex.^a, tendo ouvido as poucas palavras que acaba de pronunciar, e comprehendido da gravidade do assumpto, dará todas as explicações que puder.

Limita-se por ora a isto, reservando-se o direito de pedir novamente a palavra, se julgar conveniente fazê-lo, depois de ouvir a resposta do sr. ministro.

O sr. Visconde de Gouveia:— sr. presidente, associei-me á última parte da interpegação que acaba de ter logar; e associei-me por varios motivos: 1.º, porque sou de opinião que as medidas legislativas, especialmente sancionadas para a repressão do crime de moeda falsa, não são sufficientes, nem me conformo muito com a idea de um processo excepcional. Quizera antes que medidas amplas e genericas para a repressão de todos os crimes actuaessem n'este sem constituir uma especialidade; e desejo sobre este objecto ouvir a opinião do illustrado e nobre ministro: associei-me por outro motivo. Na minha carreira judiciaria e administrativa tenho presenciado a variados processos e diligencias sobre moeda falsa; tenho estudado a historia e as circumstancias d'esta materia, e julgo-me no caso de poder trazer á camara graves e exactas observações. Começarei por ellas como base da minha interpegação.

Antes porém, sr. presidente, de entrar mais dedidamente n'este assumpto, cumpre-me fazer uma previa declaração, em que me parece que toda a camara, e mesmo todo o paiz, irá de accordo comigo. N'esta materia não ha politica, não ha partido, não ha questão de principios, não ha opposição e governo. Ha o sentimento geral de todo o homem honrado que deseja ver o crime punido e a moralidade salva. Ha o aian da autoridade publica que representa a sociedade, e que deve estar em luta permanente com estes e com todos os criminosos; eu não quero excepções para nenhum. Ha o bom senso de todos os partidos e governos, que, sejam quaesquer as peripetias do tempo e da politica, não de sempre repellir a alliança com a desonestidade e com o crime, como uma alliança impossivel. Estejam descansados os amantes da ordem e da justiça. Pôde n'uma determinada administração, n'uma determinada provincia apparecer mais ou menos actividade na perseguição d'este crime, segundo as circumstancias e as occasiões; mas governo que transija com o moedeiro falso e lhe estenda a mão, não é cousa possivel n'esta nossa boa terra. E façamos

esta justiça á honra e lealdade de todos os partidos politicos, de todos os homens de estado.

Eu entro mais desconfiado na materia depois desta declaração, porque sou pouco versado em politica, não me conformo com ella, vivi sempre longe da sua influencia. Sympathizo com o actual gabinete, e dou-lhe o meu fragil apoio, porque o vejo caminhar com alguma afouteza na via das reformas de que precisamos. Os meus instinctos e naturaes aspirações levavam-me mais longe. Eu quizeria ver a reforma inaugurada em mais amplas bases; quizeria mais definido o progresso, mais arrojados os vãos; mas em quanto não vejo realisados estes principios, inclino-me ao governo que mais d'elles se aproxima. E entro mais desconfiado n'este assumpto, torno a repeti-lo, porque não vejo n'elle a sombra negra da politica.

Ainda farei, sr. presidente, uma outra observação previa. Eu não considero comprometida ou desvirtuada por esta materia a nossa nacionalidade. Os criminosos têm-se refugiado n'esse reducto; não poderam encontrar uma bandeira politica que os acobertasse, recorrem ao falso pretexto dos brios nacionais; mas o estandarte nacional não se desonra para defender scelerados. A nação repelle os moedeiros falsos como repelle todos os criminosos, todos os malvados. Não ha paiz algum onde se cunhe moeda ou se façam papeis de credito que mais tarde ou mais cedo não esteja a braços com a falsificação d'esses valores. Qual é a nação onde se não conta um ladrão ou um assassino? E qual é aquella onde não se castigam esses delictos? O moedeiro falso é cosmopolita como os outros criminosos. O moedeiro falso não é portuguez nem brasileiro, é de todas as nações, e repellido por todas. Eu não sei se algum nos atirou alguma vez com esse epitheto. Se o fez, os factos o desmentiram. E se essa injuria chegou aos ouvidos do governo, o que ignoro, fosse qual fosse a epocha, fosse qual fosse o gabinete, não conheço ministro portuguez que não soubesse retribuir afronta com afronta, e salvar o brio e a dignidade nacional. Nós não somos moedeiros falsos, nem creio que algum taes nos supponha. Porque algumas dezenas de miseraveis scelerados traficam em dinheiro falso, ha de ser n'isso cumplice a nação que os repelle? Porque na cidade do Porto uns poucos de malvados tráfegaram em notas falsas do Brazil e obtiveram com isso mais ou menos riqueza, ha de dizer-se que a nobre e leal cidade do Porto é moedeira falsa? Não são esses poucos de homens apontados com o dedo, e repellidos e stigmatizados pela grande, pela immensa maioria d'aquella cidade? Eu vi ali ha pouco em torno de mim os chefes dos principaes estabelecimentos mercantiles, muitos proprietarios e capitalistas, homens de todas as classes, a quem interregnei, a quem ouvi, e todos foram concordes em se indignar contra este trafico infame; e todos, mais ou menos, me ajudaram no descobrimento da verdade. Eu vi n'aquella cidade os funcionarios de todas as classes, desde o regedor até o magistrado judicial, empenhados, cheios de nobre ardor, na repressão d'este crime. E uma cidade, cujos habitantes, cujo funcionalismo se apresenta d'este modo em face dos importantes processos e diligencias que ali têm corrido, ha de suppor-se cumplice nos crimes que rejeita? Se uns poucos de traficantes ali fabricaram alguns milhares de notas falsas e as mandaram para o Brazil, que culpa tem n'isso a cidade? E se uns poucos de brasileiros traficantes as receberam no Brazil, e as ajudaram a passar, que culpa tem n'isso o imperio? Se muito grande numero d'essas notas ou bilhetes falsificados iam de Hamburgo, de Inglaterra e dos Estados Unidos para o Brazil, havemos de chamar áquelles povos moedeiros falsos?

O que é deploravel para nós, sr. presidente, é que n'aquellas nações onde ha tantos ou mais crimes do que entre nós, onde se fabrica muita mais moeda falsa, e com mais perfeição que entre nós, não apparecesse ainda uma quadrilha de ladres, que onasasse, como aqui onsou, cubrir-se com o manto da nacionalidade. Felizmente a nação repelle-os de si, corta-os como membros putridos da sociedade, e salva d'este modo o brio e pundonor nacional. Ao sr. ministro da justiça devemos sem duvida a parte mais nobre d'esta iniciativa. Mas eu vejo recentes exemplos de que s. ex.^a é coadjuvado pelos tribunales e pelos jurados. É a nação inteira que o ha de auxiliar.

Estabelecidos estes principios, e posta a questão fóra da politica e das nacionalidades, passarei a fazer algumas observações sobre a historia e circumstancias d'este crime. Peço licença á camara para ser um pouco mais longo do que pede uma interpegação. Este assumpto, porém, interessa a todos, interessa a moralidade publica. Em entendo que n'elle não deve haver mysterios. Se os ha vou rasgá-los todos. Elles são menos espessos do que se presume. Não ha nada mais simples e trivial do que a nossa questão do moeda falsa. Eu posso dizer a verdade sem trahir o meu dever. Aqui sou membro do parlamento, hei de dizer a toda a inteira.

Avultam n'este assumpto dois factos principaes, que é mister discriminar e tratar em separado. A falsificação das notas do Brazil, e falsificação da moeda metalica. Começarei por aquella.

Depois da extincção do nosso papel moeda, a primeira tentativa de falsificação no nosso paiz foi sobre as notas do banco de Lisboa. Esta empresa, porém, parece que não produziu tão vantajosos resultados como os fabricadores esperavam. A administração do banco perseguiu judicialmente alguns dos criminosos que pôde descobrir. As tentativas voltaram-se mais tarde para as notas da America meridional, e especialmente para os bilhetes do thesouro do Brazil, vulgarmente chamados notas do Brazil.

Este trafico tinha para os criminosos muitas vantagens. Não excitava a vigilancia e perseguição dos estabelecimentos monetarios do paiz; era feito em maior escala, e produzia os seus resultados com muito mais segurança. Estas considerações são obvias. Sendo aquelles falsos titulos fabricados ou exportados d'este paiz, e só passados na America, o risco estava principalmente do lado dos passadores, e era muito menor para os primeiros agentes, que está fievam. Alem d'isso os bilhetes do thesouro, estando espalhados por toda a área do imperio, eram mais difficeis de recolher e substituir, logo que se conhecesse a falsificação; o que não aconteece com as notas dos bancos, que de ordinario pouco se estendem fóra da cidade, sede do estabelecimento, e cujas mudanças de chapa são mais facéis e frequentes.

O augmento da emigração para o Brazil, na maxima parte pela cidade do Porto em navios de vela d'aquella cidade; as relações commerciaes e de todo o genero que em virtude d'esta emigração se activavam entre os dois povos; e a facilidade e habito das communicações; foram tudo circumstancias que mais provocavam e animavam este trafico.

Nos primeiros tempos e principalmente antes do tratado com o Brazil, este abuso tomou tão amplas proporções que os logares onde se faziam ou vendiam as notas falsas eram conhecidos; e acreditava algum do povo, que as leis não podiam punir aquelle facto. Foi então que segundo a opinião geral se fizeram grandes fortunas. O tempo e a concorrência d'este escandaloso genero ao mercado, foram tornando as operações menos lucrativas. Os principaes negociadores retiraram-se da scena, e estão hoje cobertos atraz da prescrição das leis, que não sei até que ponto é justa. Vieram outros mais

pequenos. Porém a perseguição, quando algumas autoridades se aperceberam para ella, tornou-se mais diffcil, porque elles se fizeram tambem mais cautelosos.

As notas falsas do Brazil não eram, porém, exclusivamente fabricadas e negociadas no Porto. Muitas houve e ha fabricadas n'aquella cidade, e abertas as chapas ali mesmo, ou em territorio portuguez. Ha chapas abertas em Hamburgo e n'outros paizes. Ha papel preparado em Inglaterra. Ha notas fabricadas fóra do paiz, e que se transportam para o Porto, para d'ali serem exportadas para o Brazil, em razão das facéis relações d'esta cidade com aquelle imperio. E ha notas que vão directamente de Inglaterra, dos Estados Unidos, e de outros paizes, para o Brazil, e para os outros estados da America meridional, sem que os portuguezes tenham n'isso a menor intervenção. Refere-se mesmo que na occasião de se mudarem no Brazil os padroes de certos bilhetes, vieram de certo paiz estrangeiro uma grande porção de bilhetes falsificados do novo padrao, e que começaram a espalhar-se pelo imperio ainda antes de entrarem na circulação os novos bilhetes legaes. Esta remessa diz-se que vieram do mesmo paiz para onde se tinham encommendado os novos bilhetes.

A exportação das notas falsas, do Porto para o Brazil, fazia-se de muitos modos: já em pequenas caixas de lata dentro de barris de manteiga; já envolvidas em guta-percha dentro de garrafas de vinho; já escondidas no interior de rolos de panno de linho; já dentro de imagens de santos; já envolvendo os pés de flores artificiaes, e cobertas com papel de outra especie; já de outras maneiras mais facéis ainda, se os capitães dos navios eram sabedores ou cúmplices da condução.

Nos ultimos tempos fallava-se muito em notas falsas, porém algumas pessoas duvidavam da continuação d'este trafico, porque tendo-se mudado a chapa no Brazil, não tinham havido apprehensões de notas falsas do novo padrao. Muitas do antigo tinham sido apprehendidas, e andavam juntas aos processos, tendo sido por fim remetidas para Lisboa por ordem superior. A policia bem sabia que o trafico continuava, e que o novo padrao tinha sido falsificado como o antigo. Mas era diffcil fazer uma apprehensão, porque os criminosos tomavam muitas cautelas. Os ultimos elos da cadeia, que a policia ás vezes podia apanhar, não forneciam elementos para o corpo de delicto; e não podiam fazer sérias revelações, porque de ordinario só conheciam o elo immediatamente superior.

Quando se fez a ultima importante apprehensão de 3.000.000 réis e tanto de notas falsas do novo padrao de 20 e 90.000 réis, estavam eminentes duas similhanças apprehensões, que fallaram completamente, porque os criminosos logo que viram aquella apprehensão desconfiaram dos agentes disfarçados, e recusaram concluir negociações, que trariam consigo o descobrimento de outras grandes porções de notas. Aquella apprehensão mesma foi menor do que se esperava, porque a autoridade e a força armada entraram cedo de mais na casa da apprehensão. E um dos cúmplices teve tempo de evadir-se com o resto das notas, que deviam prefazer 20.000.000 réis. Esta apprehensão deve contribuir para uma tregua muito larga. No Brazil vae de certo mudar-se novamente de padrao, logo que esta apprehensão for conhecida; e durante esse espaço não valem talvez o risco as exportações que os criminosos tentassem fazer. O genero já estava tambem depreciado. Os negociadores d'ellas compravam as no Porto, antes d'esta apprehensão, a 15 por cento, isto é, davam 15.000 réis em dinheiro por 100.000 réis de falsos bilhetes. O cambio deve ter subido. E já se vê por isto que tal especulação decaiu muito dos lucros e importancia que teve em outros tempos. Hoje os mesmos agentes principaes são obscuros, e alguns miseraveis.

Alguem supõe que n'estas diligencias policiaes interveniam os agentes officiaes do Brazil. É um erro que é mister corrigir. O vice-consul do Brazil, que me parece ser bom homem e zeloso empregado, pôde ter os seus agentes secretos, sem caracter official, pagos ou não pagos, para lhe dizerem o que se passa, e para pesquisar o trafico das notas falsas. Qualquer particular pôde fazer o mesmo. Quem o ha de impedir? O vice-consul pôde comunicar á autoridade constituída o resultado de suas averiguações. A autoridade recebe o aviso como o receberia de qualquer cidadão, mesmo de qualquer denuncia anonyma. E trata de averiguar e proceder, porque deve estar sempre vigilante. Mas n'isto não ha a menor sombra de pressão sobre a autoridade. Os nossos funcionarios cumprem o seu dever, segundo as leis; e não cedem, nem vergam a pressão qualquer estrangeira.

É agora occasião de esclarecer um facto. A importante apprehensão, de que ha pouco fallei, não se deve a aviso nenhum estranho, nem do vice-consul, nem de outro qualquer. Deve-se aos esforços e diligencias de dois activos funcionarios publicos do Porto. Deve-se ao amor da justiça, e ao cumprimento do dever. O vice-consul nada soube se não quando a autoridade judicial foi fazer o corpo de delicto, e o facto se tornou do dominio do publico. E eu desejo que os tachygraphos tomen notas bem explicas d'estas asserções para credito d'aquelles empregados, e para honra e dignidade do paiz. Elles fizeram tudo, e os agentes officiaes do Brazil nada souberam se não depois de feito.

Hoje a repetição d'estas diligencias é muito mais diffcil. Os criminosos estão precavidos, receiosos e acatnelados. É tal o susto que já alguns se não fiam nos outros. E vêem em cada cúmplice um espiao de policia, em cada capitão de navios um inimigo. É diffcil descobrir os depositos porque o genero pôde reduzir-se a occupar um pequeno espaço. E cerca de qualquer casa, e começada a diligencia, facilmente em poucos segundos se reduzem a cinza, lançadas no fogo, muitos milhares de notas. Ainda ha poucos mezes succedeu no Porto um facto similhante. Numa busca, em que se apprehendeu uma porção de soberanos falsos ainda por dourar, escapou a vigilancia da policia uma nota falsa do Brazil, que tinha ido para aquella casa, pedida por amostras a outro cúmplice, e escapou deixando-a no fogo.

Passarei agora a fallar da falsificação da moeda metalica. D'esta apparecem muito mais numerosos e palpaveis vestigios. Grande numero de balancés e machinas da sua fabricação tem sido apprehendidas. E sabe-se ultimamente de muitas que foram mudadas de local e enterradas para escaparem ás pesquisas da policia. Porém ultimamente descobriram os criminosos um meio de fazer dinheiro falso, que escapa mais facilmente a qualquer empresa; posto que súa mais imperfeito. É feito em formas de gesso. Esta operação é destituida de apparato. E as formas destroem-se depressa á approximação da autoridade. Em algumas d'estas diligencias não se tem encontrado se não o gesso de molho, outro reduzido a pó, e varios metaes; o que é sufficiente corpo de delicto, sem outras provas. A moeda metalica falsa fabrica-se por toda a parte. É talvez no Porto onde se fabrica, e se passa menos. Apparecem vestigios incontestes da fabricação nos districtos de Braga, Villa Real, Vizeu, Coimbra, e Aveiro. Enão ha especie de moeda com curso no paiz, que não tenha sido falsificada, desde a moeda de cobre e os minimos da prata até á peça de 8.000 réis em ouro, os soberanos inglezes e as onças hespanholas. Os soberanos porém, e as nossas meias coroas portuguezas, são o que mais se falsifica. Os soberanos vinham muitas vezes ao Porto já fabricados para serem dou-

rados. Em algumas partes a fabricação das libras reduz-se a augmentar-lhes a liga sonante.

A maior difficuldade das fabricas de dinheiro falso é obter bons cunhos. Ha porém quem os faça na maior perfeição. E refere-se uma espezteza do maior fabricante d'estes cunhos, e das chapas para as notas do Brazil, que lhe tem dado grandes lucros. Fabricava pequenos cunhos de um metal fragil, que resistisse poucos mezes ás pancadas dos balancés. O resultado era fazerem-se-lhe continuamente novas encommendas, com o que enriquecia, porque o preço dos cunhos era exorbitante.

Porém, sr. presidente, com a falsificação da moeda metalica não se tem feito as mesmas fortunas que com as falsas notas do Brazil. O trafico é muito mais diffcil e arriscado. É uma cadeia de muitos elos. Os ultimos passadores são muito obscuros e ás vezes miseraveis. Parecendo andar volantes; e é principalmente nos mercados da raia secca que se faz a maior emissão. Hoje a maior parte da gente comprometida n'isto são homens perdidos. Tem sido presos alguns agentes, de cuja criminalidade ha provas patentes, e que tem sido encontrados na maior miseria elles e suas familias. O que é singular é a fidelidade que guardam entre si os homens d'esta seita. Ainda que algum se descubra e prenda, é raro comprometter os outros.

Os chefes d'estas duas seitas de moedeiros falsos, tanto os das notas, como os da moeda, que se entendem, e se coadjuvam mutuamente, recorrem nos ultimos annos a um singular e usado expediente. Espalham que todas as apprehensões eram fantasticas; que eram obra dos agentes officiaes do Brazil para nos desacreditar; e que estes eram os verdadeiros criminosos no trafico das notas falsas, sendo elles que as introduziam no Brazil; e que em Portugal se não fabricava dinheiro nem notas falsas; nem para isso havia habilitação ou instrumentos. Quando se fazia alguma importante apprehensão, quando se prendia algum individuo mais notavel, quando se receavam revelações, quando se temia que o fio fatal fosse descoberto, era então que se propalavam mais estes boatos, que se fazia por confundir e baralhar os acontecimentos, e afastar de certos nomes as apprehensões do publico, para as fazer recair sobre reputações illibadas, como aquellas.

Custa a crer tamanha audacia. Mas o que é mais incrível e inqualificavel, é como algumas raras pessoas de boa fé se deixaram impressionar por estes boatos, e chegaram a dar-lhes credito. Tanto pôde a novidade e o maravilhoso. Outros havia, porém, que fingiam acreditar e que andavam de má fé n'esta materia.

Os criminosos souberam que nos archivos do governo haviam talvez informações officiaes, embora singulares, que abundavam n'aquellas idéas. Elles bem sabiam que essas informações não passavam de uma opinião destituida de toda a prova. Mas convinha-lhes essa ancora, embora fragil, e accusavam o ministro por não acreditar essas informações, e não fazer obra por ellas. Este era o grande mysterio, o grande escandalo e a grande pedra do salvaggio. Elles bem sabiam que o ministro não publicaria o que tinha caracter confidencial, nem a publicação lhes convinha a elles; mas por isso mesmo mais a pediam; para que o mysterio encurtasse a verdade. A camara pôde ver, ou talvez já viu, esses papeis; e a camara ha de ver cair a mentira ante a verdade dos factos, e a logica dos documentos. A camara ha de convencer-se pelos seus proprios olhos, se ler todos esses papeis, que n'elles não ha mysterio algum. Ha nomes e factos especiaes sobre que pendem averiguações judicias, ha o melindre que tem todo o governo a dar publicidade ás noticias confidenciaes dos funcionarios; e nada mais.

Em quanto a mim, se lá ha informações, porque eu seja responsavel, não teria duvida em le-las aqui bem alto em publica sessão, se os meus deveres de empregado publico m'o vedassem. Mas eu creio que disse tudo o que podia dizer sem comprometter o meu mandato. E ainda vou dizer outras cousas no mesmo sentido. Se houver algum esquecimento não é voluntario.

Sr. presidente, o que muito tem contribuido para o incremento que tomaram estes delictos tem sido a impunidade e a protecção. É doloroso confessar-lo, mas a verdade deve dizer-se toda inteira. Seja o defeito das leis, seja dos homens, seja das circumstancias, o mal existe; é necessario remedialo. E é para aqui que eu chamo toda a attenção do sr. ministro da justiça. Nas decisões dos jurados sobre tudo tem havido escandalos inqualificaveis. Na vasta cadeia do funcionalismo nem todos os elos se podem julgar illibados de uma conveniência, de uma protecção escandalosa. Na nobre classe mesmo da magistratura, a par de muitos illustrados e integerrimos magistrados, appareceram excepções pungentes, que fazem subir a cor ao rosto. Não são para aqui nomes de terras nem de homens. Isso não pertence para esta interpegação, isso não compete á interferência d'esta camara. Os factos sijn. Esses bem alto os aprego a opinião publica. E do nosso dever tirar-lhes as illações necessarias. Cumpre aos poderes do estado prover de remedio. Compete-nos a nós pedir-lhes contas d'isso.

E entendo que o mal está mais nas leis que nos homens. O abuso cresceu nos tempos caliginosos das revoluções, e das contendas politicas, em que os governos mal tinham tempo de lutar com seus inimigos. Mas cresceram a sombra de mais leis. No paiz todos os que vêm sem pensar, flectam os olhos nos jurados, e gritam contra esta instituição como a causa da impunidade. Eu adoro a instituição, sr. presidente, eu a considero uma das nossas mais solidas garantias, garantia de ordem, garantia de justiça, garantia de liberdade. O que eu nego é que nós conhecamos a instituição. Nós quizermos acalmar uma planta exotica, mas não lhe preparámos o terreno, não a soubemos cultivar. Olhe-se para essas listas de jurados. Ellas contém muitos centos de nomes. Duas terças partes não sabem ler, e apenas traçam a sua firma em caracteres intelligíveis. A maior parte dos homens importantes, dos homens independentes, dos homens illustrados é riscada das listas. Alguns poucos bons que restam, recusa-o o réu. E que fica? Isto é uma decepção. E eu não posso ouvir calumniar a instituição em abstracto, quando na pratica ella se acha constituída n'estas bases.

E em que melhores bases se acha constituída a organização administrativa e judicial? Onde está a independencia do administrador do concelho? Onde está a responsabilidade e a garantia do regedor? Onde está a organização da policia? Que significam juizes ordinarios leigos a decidir da honra e propriedade do cidadão, sem terem ao menos um accessor responsavel? Que significam tribunales a decidirem nos agravos de injusta pronuncia pela prova escripta e juridica dos autos, quando a carta commette aos jurados exclusivamente o conhecer e julgar de facto? Que significa uma magistratura sem retribuição, sem estimulo, sem futuro, e em que a aposentação é um castigo, diminuindo os meios de subsistencia no ultimo periodo da vida?

Eis-aqui a historia da moeda falsa. Ella é a historia de todos os crimes. Aqui não ha segredos nem mysterios. Os criminosos fallam em mysterios para occultarem os seus nomes e os seus crimes, e para desviarem as vistas do publico para o que ha sempre de curioso no que se ignora. Eis-aqui o verdadeiro mysterio. Tenho concluido a minha interpegação. Reformem-se as leis. Reorganize-se o jury. For-

tales-se a magistratura. E os escandalos da moda falsa não de acabar, como não de acabar os escandalos dos outros crimes.

O sr. *Ministro da justiça* (Martens Ferrão):—da mesma forma que os dignos pares que tomaram parte nesta interpegação, entendendo que os crimes não são património de nenhuma nação, se em todas infelizmente se vêem repetidos, quasi que os mesmos crimes, como se observa correndo as suas estatísticas, todos os repellem, e se empenham em os punir. Uma nação tanto mais se distingue, tanto mais se eleva, quanto mais os persegue, quanto mais emprega os meios para os cohibir. E esta é uma prova da civilização. O dever das nações é conhecer o mal e applicar-lhe o remedio, perseguindo e fazendo punir todos aquellos que perturbam a ordem publica: e o paiz que para conseguir a repressão do crime, empregar meios mais energicos e mais iguaes, é o que mais n'este ramo importante de civilização se distingue. Os criminosos pôde dizer-se que não têm patria, se com esta idea se quiz entender protecção ou favor; são perseguidos em todos os paizes, porque em todos se reconhece que elles perturbam a ordem publica, e em si degradam a sociedade: não se pôde acobertar nem allegar para a sua defeza o principio da nacionalidade, principio que não tem applicação para aqui. Os crimes dão-se em todas as nações, mas não pertencem a nenhuma, porque todas os repellem e os punem. Nacionalisar o crime é fazer a mais vil injuria a um povo.

Portugal não se torna notavel pela abundancia e repetição de factos criminosos; se se consultam as estatísticas criminaes da Europa, reconhecer-se-ha que em quasi todas as outras nações ellas sobem a uma proporção muito exagerada.

Se nos referirmos ao crime da moda falsa, agora mesmo sabe a camara que foram feitas importantes descobertas em Hespanha, França, Russia, Roma e n'outras partes; mas nunca se levantou a bandeira nacional para vir proteger estes, ou outros crimes.

O dever restricto do governo é exterminar os criminosos seja qual for a sua posição na sociedade: é isto, sr. presidente, o que o governo tem feito, e o resultado da sua acção está entregue aos tribunaes que julgarão como for de justiça no pleno exercicio da sua independencia. A *provincia* porém que tem pesado sobre quasi todos aquellos que foram entregues á acção dos tribunaes, prova bem quanto foram fundadas as diligencias da administração.

Cabe aqui dar testemunho do zelo com que se têm havido as diferentes autoridades com que não exerceo das suas funções têm interferido n'esta questão; não só os seus subordinados superiores, mas ainda os seus subordinados têm mostrado que comprehendem bem as obrigações do seu cargo, desempenhando-as de maneira que merecem o elogio do governo.

S. ex.^a e a camara comprehendem que não posso entrar em mais desenvoltas explicações sobre esta questão. O resultado das diligencias da autoridade está sujeito á acção dos tribunaes, e a historia d'essas diligencias é bem conhecida da camara; não careço por isso de a repetir agora. Direi apenas que as diligencias da autoridade não têm cessado, e que tenho a convicção de que pelo assiduo emprego d'ellas em todo o paiz, em pouco tempo se ha de conseguir pôr termo a uma industria criminosa, que tão activa e ousada se tinha apresentado. E não é unicamente á perseguição d'este crime que a vigilância do governo se tem dedicado, mas igualmente á perseguição dos outros crimes, para o que têm sido dadas as mais terminantes ordens.

O digno par, que interpellou o governo, perguntou se entendia que a lei de 4 de junho de 1859 era sufficiente para a repressão do crime de moda falsa; se tinha produzido uteis resultados, ou se o governo entendia que era necessario adoptar novas medidas a este respeito.

Devo declarar á camara que não reputo a lei de 4 de junho como uma lei de excepção. Os seus tres principios fundamtaes, o jury especial, a prisão sem culpa formada, e a incriminação dos actos preparatorios, não devem considerar-se como principios excepcionaes. Nas propostas de justiça que tive a honra de apresentar á outra camara, occupei-me principalmente da reforma do jury, e ahi se acha generalisada para o jury, que deve funcionar junto dos tribunaes de assenda a reforma do jury da lei de 4 de junho. Os maiores contribuintes conjuntamente com os que pelas suas habilitações superiores têm o censo de capacidade, é que devem constituir o jury. Este principio conjuntamente com o da escolha n'uma área muito mais larga (qual a de tres comarcas), é a reforma fundamental que é necessario introduzir. A experiencia vem em abono d'esta idea. Tres ou quatro vezes que já tem funcionado o jury estabelecido na lei de 4 de junho tem dado o melhor resultado como ha pouco succedeu em Coimbra. O principio pois da lei tão longe está de dever ser considerado como excepcional, que é elle, no meu entender, que deve ser generalisado. Não é igualmente excepcional o principio da prisão sem culpa formada; na lei do processo, a novissima reforma judicial, achase estabelecida a prisão sem culpa formada para o caso de levantamento de fazenda alheia, e o crime de moda falsa entra de certo n'este genero. Na lei de 4 de junho não se fez mais do que generalisar a disposição da lei a factos comprehendidos no seu espirito, e no pensamento que a dictava.

Finalmente, sr. presidente, no crime de moda falsa como em alguns outros é indispensavel punir os chamados actos preparatorios, porque se bem se attender, elles são já verdadeiros crimes. No código penal ha mais de um exemplo analogo, e nos códigos das nações cultas é recebido geralmente o principio consignado na lei de 4 de junho, não só na mesma especie de crime, mas em muitos outros. Resulta do que tenho dito que a lei de 4 de junho nada tem de excepcional.

Mas o digno par perguntou se o governo carece de novas providencias para a repressão do crime. As reformas fundamtaes, que reputo indispensaveis para a boa administração da justiça já tive a honra de as propor ao parlamento, e tenho a firme convicção de que ellas, quando postas em execução, hão de produzir os mais uteis resultados.

O digno par pediu que sejam presentes á camara os documentos que foram confiadados á comissão especial creada na outra casa do parlamento. A camara sabe que pela minha parte foi pedida na camara dos srs. deputados a nomeação de uma comissão especial, que em vista de todos os documentos apreciados a maneira por que o governo se havia conduzido na questão da moda falsa. Praticando assim obrei restrictamente dentro da orbita da lei. O governo representativo baseia-se principalmente na força da opinião, e esta é representada pelo parlamento. Este tem o direito de apreciar a marcha do governo. Nega-lo seria destruir o principio da responsabilidade efectiva perante as camaras. Em harmonia com estes principios está a disposição da lei politica, sancionando a ampla nomeação das comissões de inquerito, e o que é permittido á camara votar, e a qualquer membro seu pedir, de certo que não é vedado igualmente ao governo pedi-lo. O principio da reserva e do segredo tanto mais incumbe a uma camara, quanto mais importantes são as funções que é chamada a exercer. Sem offensa pois dos principios, porque o juiz da conveniencia é o governo, levei á camara os documentos para serem examinados por uma comissão.

Esta comissão já deu o seu parecer que deve ser discutido. Está por isso a questão pendente na

camara dos srs. deputados, mas é claro que não posso recusar á camara dos dignos pares um exame que solicitei na outra casa do parlamento.

Deu a hora, e por isso nãoerei mais extenso. O sr. *Presidente*:—a hora já deu, e esta questão não pôde terminar sem que se prorogue a sessão, porque o sr. marquez de Vallada ainda tem a palavra; portanto, consulto a camara se quer que se prorogue a sessão até terminar esta interpegação.

Consultada a camara, resolve affirmativamente. O sr. *Marquez de Vallada*:—não pôde deixar de dizer ainda duas palavras em resposta ás reflexões do nobre ministro da justiça.

Disse que havia duas palavras que estão inscriptas em diversas bandeiras: *civilização e reforma*; palavras magicas que a maior parte das vezes não servem ao triumpho da verdade e da justiça, e da liberdade bem entendida, mas a levar por diante planos anarchicos e tenebrosos! O orador tambem quer a civilização, tambem quer a reforma; e n'esta parte acompanha o digno par o sr. visconde de Gouveia. Já tem dito por muitas vezes que quer a civilização em todo o mundo, mas esta-beleceida pelo meio da religião, da educação e da justiça; e é essa a que todos os pares querem. Mas em quanto essa reforma maxima não pôde fazer-se, convem applicar todos os esforços para o bem estar e felicidade dos povos, dando-lhes leis justas, moraes e convenientes.

Permittirá o nobre ministro da justiça que hoje, e por esta occasião, o orador renove um pedido que já fez a s. ex.^a? Tendo sido nomeado para fazer parte da comissão da reforma das cadeias n'este paiz, e tendo aqui ouvido perguntar em que estado se achavam os trabalhos d'essa comissão, respondeu: que a comissão já havia começado a sua tarefa, mas que a conclusão d'ella dependia da reforma do código penal, cujos trabalhos, incumbidos a uma comissão de homens especiaes e mui competentes, lhe consta que já estão concluidos, ou vão brevemente terminar de uma maneira muito satisfatoria. Por bem, pois, d'esta terra, e por bem da justiça, pede ao nobre ministro que se apresse em aproveitar os trabalhos d'essa comissão, composta, como disse, de homens mui illustres, e cujos trabalhos devem ser da maior importancia e interesse, porque as boas leis são um grande meio para a civilização, e é d'ellas que espera em muita parte a reforma de que tanto necessitamos. E se, como dizia um grande homem da antiguidade, as leis fazem os costumes, tambem é certo que sem bons costumes não é possível haver boas leis. Portanto é não só necessario reformar os costumes por meio das leis, mas é igualmente necessario reformar as leis de modo que se reprimam os crimes, intimidando os criminosos para não poderem caminhar na senda da maldade e do crime, como infelizmente estão fazendo com tamanho prejuizo da causa publica!

Espera portanto que s. ex.^a haja de apresentar ao parlamento aquellas medidas que a sociedade reclama, tendo previamente ouvido as lembranças e os alvites dos homens competentes, porque de certo s. ex.^a não deixará de encontrar o apoio de todos os homens, qualquer que seja a sua cor ou partido politico; pois a causa da moralidade é a causa de todos, e por todos deve ser defendida; e elle, orador, que é opposição, acredite o nobre ministro que o ha de achar possuido do maior desejo de acertar; e que ha de fazer tudo quanto em si couber, para que essas medidas venham a produzir o melhor resultado possível. O orador não é dos que mais facilmente desanimam, e que até hoje ainda não deixou de satisfazer as suas promessas, porque não lhe falta vontade na execução das suas idéas.

Disse que ouvira com algum espanto o sr. visconde de Gouveia, relativamente aos criminosos da moda falsa, porque havendo-se dito, e tendo-o elle, orador, aqui repetido por algumas vezes, que n'este crime se achavam envolvidos individuos pertencentes a classes elevadas, s. ex.^a agora parecia-lhe dizer que n'este trafico illicito apenas se achavam comprehendidas algumas pessoas de baixa condição. (O sr. *Visconde de Gouveia*:—não era relativamente ás notas falsas, mas ao dinheiro metalleo.) Muito bem. Proseguiu dizendo que esperava o cumprimento da palavra do nobre ministro, isto é, que não cessará na perseguição dos criminosos; e que quanto as palavras do digno par lhe pareciam dar a entender que os trabalhos e diligencias a fazer tinham terminado, o nobre ministro depois assegurou-o de que effectivamente não tinham cessado, e é bom que assim seja, não só para fortuna d'este paiz, como tambem para credito de s. ex.^a, porque a apprehensão de umas poucas d'essas pessoas que ahi estão presas, a fallar a verdade, não dá direito ao triumpho nem da grande gloria. É necessario mais alguma coisa, e elle sr. marquez espera que o nobre ministro da justiça proseguirá com pé firme no caminho da reforma indispensavel para a moralidade d'esta terra; para a qual, como disse, contribuirá com o seu fraco contingente, ajudando s. ex.^a em tão nobre tarefa.

E acitando desde já a promessa que o sr. ministro fez da remessa a esta camara dos documentos que pediu, disse em conclusão: que para que se realice a reforma indispensavel, necessitam-se grandes commettimentos, que só se fazem quando a moralidade substitue a corrupção, a virtude o vicio, e o patriotismo o egoismo! Só assim os povos poderão marchar ao seu bem estar, de contrario marcharemos, mas a precipitar-nos no abismo que ha de subverter-nos.

O sr. *Presidente*:—os pareceres que se leram, e conjuntamente os seus respectivos projectos vão ser impressos para se distribuirem pelas casas dos dignos pares; mas como se não sabe quando poderão estar impressos e distribuidos, só na segunda-feira (que será o primeiro dia da sessão), se darão para ordem do dia, pois é necessario que entre a distribuição e a discussão meciem os dias que marca o nosso regimento. A ordem do dia, pois, para segunda-feira (11 do corrente), será a mesma que vinha dada para hoje; e alem d'isso, a proposta do digno par o sr. visconde de Gouveia, sobre a publicação das sessões e extractos d'ellas. Está fechada a sessão.—*Passava das cinco horas e meia.*

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 8 de junho de 1860.

Os srs. visconde de Laborim; cardeal patriarcha; marquez de Niza, de Vallada; arcebispo de Evora; condes das Alcaçovas, de Alva, de Azinhaga, do Bomfim, da Louza, de Mello, da Ponte; bispos de Coimbra, da Guarda; viscondes de Athoia, de Balsemão, de Benagazil, de Castellões, de Castro, de Fonte Arcada, de Pormos de Algodres, de Gouveia, de Ovar, de Sá da Bandeira; barões de Arruda, de Porto de Moz, da Vargem da Ordem; F. P. de Magalhães, Margiochi, Moraes Pessanha, Larcher, Aguiar, Brito do Rio, Aquino de Carvalho.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 16 DE JUNHO

PRESIDENCIA DO EX.^{to} SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 73 srs. deputados. O sr. *Presidente*:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações.

1.^o Do sr. Claudio José Nunes, de que não com-

pareceu ás tres ultimas sessões por motivo de doença.—Inteirada.

2.^o Do sr. Abaim, de que deixou de comparecer ás sessões de 12 e 14 do corrente por motivo justificado.—Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.^o Um officio do sr. Castro Ferrer, participando que em consequencia do fallecimento de um seu cunhado, não pôde comparecer á sessão de hoje.—Inteirada.

2.^o Do ministerio do reino, acompanhando a acta e todos os mais papeis concernentes á eleição de um deputado ás cortes, a que se procedeu no circulo da ilha do Principe, em execução do decreto de 22 de fevereiro do anno passado.—A comissão de poderes.

3.^o Do ministerio da fazenda, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, a representação em que a camara de Tavira pede a concessão do mosteiro e cerca das religiosas de S. Bento n'aquella cidade.—A comissão de fazenda.

4.^o Do mesmo ministerio, acompanhando a nota, pedida pelo sr. Lopes Branco, das contribuições directas que se achavam em atraso, e por cobrar no continente do reino em 30 de dezembro de 1859.—Para a secretaria.

5.^o Do mesmo ministerio, participando, em resposta a um requerimento do sr. Ferrer, que por esta repartição não se podem prestar esclarecimentos alguns o respeito da entrada das irmãs da caridade francezas n'este reino, por não pertencer a este ministerio.—Para a secretaria.

6.^o Do mesmo ministerio, acompanhando a nota das alterações occorridas até 30 de abril proximo findo, no orçamento da receita do estado, e bem assim no da despesa do ministerio da fazenda e da junta do credito publico para o anno economico de 1860 a 1861.—A comissão de fazenda.

7.^o Do ministerio de obras publicas, dando os motivos porque se não tem levado a effecto a construção da estrada de Caminha a Valença, satisfazendo assim ao requerimento do sr. Chamigo.—Para a secretaria.

8.^o Do mesmo ministerio, acompanhando os documentos, pedidos pelo sr. Rebello Cabral, relativos á supressão de algumas das estações do caminho de ferro de leste entre Lisboa e a Ponte de Asseca.—Para a secretaria.

9.^o Do ministerio da marinha, acompanhando a folha do vencimento dos empregados d'esta secretaria em agosto de 1859 e março do corrente anno.—A comissão de fazenda.

10.^o Uma representação da direcção da companhia denominada *Lusitania* de navegação a vapor entre Lisboa e Porto, pedindo certas isenções, e offerecendo em compensação algumas vantagens ao serviço do estado e ao publico.—As comissões de commercio e de fazenda.

11.^o Da camara municipal de Monte-mór o Velho, pedindo algumas obras na margem direita do Mondego, para evitar as inundações d'aquella villa.—As comissões de obras publicas e de fazenda.

12.^o Da mesma camara municipal, pedindo a construção da estrada que deve ligar a Figueira com Coimbra.—Para a secretaria, para se juntar a outras identicas.

13.^o Da associação commercial da Figueira da Foz, na mesmo sentido que a antecedente.—Teve o mesmo destino.

14.^o Dos escrivães dos districtos criminaes do Porto, pedindo providencias que melhoem a sua situação.—A comissão de legislação.

15.^o Da junta de parochia da freguezia de Santa Eulalia a Nova da Ferreira, pedindo a reconstrução do concelho de Maiorca.—A comissão de estatística.

16.^o Da camara municipal de Ilhavo, pedindo que no orçamento se vote uma verba para a construção de uma ponte sobre a ria de Aveiro.—A comissão de obras publicas, ouvida a de fazenda.

17.^o De alguns habitantes de Braga, contra a desamortisação dos bens das freiras.—A comissão ecclesiastica, ouvida a de fazenda.

18.^o Dos habitantes do concelho dos Arcos de Val de Vez, no mesmo sentido que a antecedente.—As mesmas comissões.

19.^o Dos habitantes do concelho de Mira, pedindo que o seu concelho seja elevado a comarca.—A comissão de estatística.

20.^o Dos habitantes da freguezia de Garfe, pedindo que esta freguezia seja novamente anexada ao concelho de Guimarães.—A mesma comissão.

21.^o Dos habitantes das Caldas de Vizella, pedindo que passe por esta povoação a estrada de Guimarães a Amarante.—Ao governo.

22.^o Da camara municipal de Sinfães, pedindo que seja approvedo o projecto de lei do sr. Telles de Vasconcellos, para o concelho de Sinfães passar para o districto do Porto; e pedindo igualmente a mudança da sede da sua comarca.—A comissão de estatística.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.^o Requeiro que, pelo ministerio da justiça, se informe com a possível urgencia, se na comarca dos Arcos de Val de Vez foram abertas as audiencias geraes no 2.^o semestre de 1859, e no caso negativo, que se declare a razão porque se não cumpriu a lei n'este particular.—O deputado pelos Arcos, *Plácido de Albu.*

2.^o Requeiro que sejam remetidos á camara todos os documentos relativos á negociação feita com o governo de Hespanha sobre a navegação do Douro.—*Alves Martins.*

3.^o Requeiro que, visto ter sido enviada a esta camara a copia autentica da portaria, com que foi remetida pelo ministerio da justiça ao supremo tribunal a syndicancia do procurador geral da coroa á relação do Porto, e haver por isso cessado o segredo d'este negocio, por se acharem n'aquella portaria os nomes dos juizes propostos ao governo na mesma syndicancia, para serem aposentados, se pega ao governo pelo ministerio competente:

I Uma copia da syndicancia;

II Uma copia da decisão do supremo tribunal de justiça sobre a syndicancia, em virtude da portaria com que lhe foi remetida;

III Uma copia da resposta que deram os juizes, que se propunham na syndicancia para serem aposentados.—*Lopes Branco.*

São remetidos ao governo.

Tem segunda leitura a seguinte proposta.

«Os abaixo assignados renovam a iniciativa do projecto de lei apresentado á camara dos srs. deputados em 10 de junho de 1857, e approvedo unanimemente pela comissão de instrução publica, e pelo qual é restabeleceida na academia polytechnica do Porto a sexta cadeira, creada por decreto de 13 de janeiro de 1837.—*Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães*—*Salvador d'Oliveira Pinto da França*—*Francisco de Oliveira Chamigo*—*Antonio Augusto Correia de Lacerda*—*Joaquim Cabral de Noqueira* e *Menezes*—*João Antonio Gomes de Castro*—*B. de Freitas Soares.*»

Sendo admittida é enviada á comissão de instrução publica.

Tambem tem segunda leitura um projecto de lei do sr. Coelho de Carvalho, para serem doados os terrenos arenosos da costa do Algarve, para estabelecimentos de salinas, e sementeira de pinheiros.

Sendo admittido é enviado ás comissões de agricultura e de administração publica.

Tem igualmente segunda leitura a seguinte proposta:

«Proponho que se nomeie uma comissão de inquerito parlamentar, composta de sete membros, para conhecer do estado da provincia de Angola, das causas que produziram a critica situação em que a mesma provincia se acha, e das medidas a adoptar para elevar aquella rica possessão ao estado de prosperidade de que é susceptivel, com o fim de prestar a Portugal os recursos que d'ella podem tirar-se.—*Antonio Maria Barreiros Arrobas.*»

O sr. *Arrobas* (sobre a ordem):—como ainda se não admittiu esta proposta á discussão, pede licença para a retirar, substituindo-a pela seguinte, porque não tendo em vista envolver uma censura ao governo n'esta proposta, como elle suppoz, deseja estender o inquerito aos negocios do ultramar em geral, pois assim não haverá pretexto para se fazer politica d'aquillo que o não deve ser.

«Proponho que seja nomeada uma comissão de inquerito parlamentar, composta de onze membros, para conhecer do estado de todas as nossas possessões ultramarinas, das causas que têm feito com que as ricas possessões portuguezas não tenham acompanhado em civilização e prosperidade o estado das possessões ultramarinas estrangeiras, indicando o systema de organização e administração colonial, tanto central, como local, que mais pareça convir para elevar as nossas possessões ultramarinas ao grau de prosperidade e importancia de que são susceptiveis, a fim de darem a Portugal os recursos que ellas podem ministrar-lhe.—*Antonio Maria Barreiros Arrobas.*»

Retirada a primeira é esta admittida.

O sr. *Presidente*:—a camara sabe que antes de hontem se tratou da interpegação relativa aos negocios de Angola, e parece-lhe que esta proposta podia ser apreciada conjuntamente com a discussão da materia da interpegação que ficou pendente, e por isso consulta a camara a este respeito.

Approva-se que se discuta conjuntamente.

O sr. *Ministro da marinha* (Sá Vargas):—pediu a palavra, depois de admittida á discussão a proposta que acaba de ser lida, para dizer por parte do governo, qual é a sua opinião acerca d'ella.

O governo sabe muito bem o direito constitucional, que qualquer das camaras tem de poder nomear comissões de inquerito para quaesquer repartições ou ramos do serviço publico; o governo acata esse direito, e nada tem que dizer contra elle em principio, e mesmo nas suas applicações regulares e ordinarias; mas na presente circumstancia, depois dos discursos que na ultima sessão se fizeram, e em que não se fez nada mais nem nada menos do que arguir o governo como incapaz e desleixado, pela sua parte não pôde deixar de olhar para esta proposta se não como um rigoroso voto de censura ao governo, por não ter sabido dirigir os negocios publicos.

Entende que approveda essa proposta, a camara mostra ao governo que não tem confiança n'elle.

Dita qual é a sua opinião, o governo não pôde aceitar a proposta; a camara na sua sabedoria julgará como entender.

O sr. *Carlos Bento* (sobre a ordem):—declara que não está satisfeito com a proposta que foi mandada para a mesa, por entender que as circumstancias em que nos achamos reclamam toda a nossa attenção.

Manda pois para a mesa uma proposta condicional. Se o sr. ministro da marinha tiver a bondade de declarar á camara, que está prompto a mandar a comissão do ultramar todos os esclarecimentos que tiver recebido das autoridades de Angola a respeito dos graves acontecimentos que ali tiveram lugar, retirará a sua proposta.

Como é que o sr. ministro da marinha reputa que tanta nossa curiosidade é uma offensa ao governo? A falta de curiosidade da nossa parte não é outra coisa senão indifferença para a sorte dos nossos concidadãos.

Acredita que um cavalheiro, tão excellente pessoa como é o sr. ministro da marinha, não se ha de recusar a prestar a uma comissão da camara todos os esclarecimentos que tem recebido das autoridades d'aquella parte da monarchia. Quando nos escriptorios dos jornaes todos os dias são entregues á publicidade documentos, que contêm elogios ou accusações, ha de a camara assistir a esse inquerito extra-parlamentar, sem que a camara queira lançar na balança dos acontecimentos o peso da sua opinião? Recusa o governo que as declarações feitas no parlamento vão comprometter as nossas operações militares em Angola, e a nossa marcha interior? Diz-se: um inquerito é uma censura! e apenas a camara votou que não era urgente haver um inquerito, levantaram-se deputados da maioria, que accusaram fortemente as autoridades d'aquella provincia, e a gerencia dos negocios mais importantes, e com tudo nada de inquerito! Pois os deputados da maioria podem vir dizer que as autoridades judicias não cumprem com o seu dever, que a gerencia financeira deve imprimir graves apprehensões, que o deficit é espantoso, e basta o sr. ministro dizer que reputa uma censura a comissão de inquerito para se não aceitar a investigação d'estes factos? E deve notar que o sr. presidente na sessão passada não chamou o sr. ministro á ordem para responder ás censuras que se tinham feito á nomeação que se fez do governador para Angola nas circumstancias actuaes, quando aliás chamou á ordem um illustre deputado que alludiu a essa nomeação, sem atacar o caracter do individuo nomeado.

Venham pois os documentos; venha a correspondencia que o governo recebeu. O governo tomou medidas importantes; demittiu um governador da provincia, e o governo deve informar a camara relogiosamente de tudo quanto existe. Chame-lhe mui to embora faccioso, chame-lhe systematico, mas a camara não pôde ser impassivel nas circumstancias em que nos achamos; o caso é grave, e a prova é que o governo veio pedir á camara mais réis 100.000\$000 para occorrer a essas circumstancias.

Portanto manda para a mesa uma proposta, mas conditionalmente, se o sr. ministro da marinha tiver a bondade de declarar que não tem duvida em mandar á camara todos os esclarecimentos officiaes que possue acerca dos graves acontecimentos que ultimamente tiveram lugar na provincia de Angola, retirará a proposta que manda para a mesa.

Lê-se na mesa a seguinte proposta:

«Proponho que se abra um inquerito na comissão do ultramar acerca dos ultimos acontecimentos da provincia de Angola.—O deputado, *Carlos Bento da Silva.*»

É admittida á discussão.

O sr. *Presidente*:—apesar das censuras feitas á mesa pelo nobre deputado que acaba de fallar, pelo seu procedimento na sessão passada, declara que a mesa respeitando muito as opiniões do illustre deputado, está persuadida de que cumpriu o seu dever, e ha de continua-lo a cumprir do mesmo modo sempre que se derem estes casos (*apoiados*).

O sr. *Ministro da marinha* (Sá Vargas):—não sabe para que o sr. deputado que acaba de fallar tomou tanto calor, para pôr em duvida se o governo mandaria ou deixaria de mandar á camara quaesquer esclarecimentos que se lhe pedissem; erá que ainda até agora o governo, não só pela repartição a seu cargo, mas por todas as outras que estão entregues aos seus collegas, se não negou a mandar esclarecimentos que lhe fossem pedidos.

Declara mui explicitamente, por parte do governo, que não ha duvida alguma em mandar á camara os esclarecimentos pedidos pelo sr. deputado. O governo está muito longe de querer fazer mono-

polio das noticias vindas de Angola, ou de outra qualquer possessão; o governo por tanto, parece-lhe que não está no caso de merecer, não diria censuras, mas uma certa idea de desconsideração que sobre elle pôde recahir pelo que acaba de dizer o sr. deputado. Figue o illustre deputado certo, pôde a camara estar segura de que todos os esclarecimentos que o governo entender que deve mandar á camara, sem as reservas que o illustre deputado diz que não queria que houvesse, hão de vir para a camara considerar o negocio como melhor entender (*apoiados*). Mas com o que acaba de dizer não altera a sua opinião relativamente á outra proposta que está em discussão, porque d'ella, torna a dizer, que sendo o corollario dos discursos que se fizeram, em que o governo foi altamente censurado, altamente atacado por não cumprir os seus deveres, se ella fosse approveda, seguramente significaria que o governo perdeu a confiança da camara. O governo não impõe a sua opinião á camara; não diz que approve ou deixe de approvar essa proposta; a camara está no seu direito de fazer o que quizer, assim como o governo de fazer o que entender.

Fôra uma novidade para elle, orador, a censura do sr. Carlos Bento á mesa, de não ter chamado á ordem os ministros por não darem certas explicações! Na verdade parecia-lhe isto uma novidade parlamentar! (*apoiados*). Até aqui chamava-se á ordem o orador, quando se desviava da materia, ou empregava expressões anti-parlamentares; mas chamar á ordem os que não fallam, era uma cousa nova! Mas quaes eram essas explicações? Eram acerca de uma nomeação que o governo fez, dentro dos limites das suas attribuições, e cuja responsabilidade o governo toma, e que não declina de si? (*apoiados*). O illustre deputado disse, o governo não tem culpa dos acontecimentos de Angola, entretanto quer-se fazer recair sobre o governo, mais directa ou indirectamente, essa culpa. O governo só teria culpa, se depois das indagações necessarias, não fizesse justiça, dando o premio a quem o merecer, e o castigo ao culpado (*apoiados*), e a camara dos deputados ou outro qualquer corpo politico não é o competente para fazer conselho de guerra a tal ou tal official (*apoiados*), por não ter a coragem ou a presença de espirito para se conservar em tal ou qual lugar á espera que lhe chegassem os supportos.

Os acontecimentos de Angola são graves, e o governo não disse que o não eram, não tratou de os attenuar, mas de os não exagerar para que não massassem corpo esses receios infundados, que se quiz fazer nascer no publico, acerca da integridade d'aquella nossa possessão, porque está muito longe o serem fundados esses receios. O que se tem dado na provincia de Angola, não é mais do que a repetição de acontecimentos que ali tem tido lugar em outras occasiões.

Já tinha dito os meios de que a auctoridade respectiva languiu não, e as providencias que o governo tinha adoptado: e é de esperar que em breve o socorro ali se restabeleça. Por ultimo, repetia, que em quanto aos esclarecimentos não tem duvida em mandá-los á camara, se assim se julgar necessario.

O sr. *Carlos Bento*:—em vista das declarações do sr. ministro, pede licença para retirar a sua proposta.

Permite-se-lhe retire-la.

O sr. *José Esteves*:—manda para a mesa a seguinte proposta:

«Proponho que haja um só debate sobre as causas de Angola, discutindo-se simultaneamente a autorisação para os 100.000\$000 réis, e todas as outras moções relativas a Angola.—*José Esteves.*»

É admittida á discussão e approveda depois de algumas observações dos srs. Arrobas e Alves Martins.

O sr. *Presidente*:—já ha muito que deu a hora para se passar á ordem do dia, e por isso entra-se n'ella.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DO PROJECTO DAS COMISSÕES DE FAZENDA E DO ULTRAMAR AUTORIZANDO O GOVERNO A APLICAR MAIS 100.000\$000 RÉIS ÁS DESPESAS DE ANGOLA

O sr. *Presidente*:—em conformidade com a resolução da camara está tambem em discussão a proposta do sr. Arrobas sobre este projecto.

O sr. *Arrobas*:—tem a discutir duas propostas, que estão em discussão conjuntamente, a sua para que se nomeie uma comissão de inquerito, e a do governo pedindo mais 100.000\$000 réis para as despesas ordinarias e extraordinarias da provincia de Angola; e como entende que se não podem discutir conjuntamente, fallará primeiro sobre a necessidade do inquerito, e depois sobre os 100.000\$000 réis.

Sente profundamente que o governo queira fazer questão ministerial da sua proposta. O governo já poz as pastas sobre o modo de contar os carris dos caminhos de ferro; sobre a contagem dos dias do concurso Langlois, e quer agora fazer questão de existencia d'esta innocente proposta! Como se confunde a pura administração com a politica pura!

É um bello meio realmente para o governo poder aqui vencer uma questão em que não tem razão... O governo recia que a maioria vote livremente

as suas colonias para que taes factos se não repitam, mandou para a mesa a sua proposta.

Tornou-se-lhe mais saliente agora o mau systema de administração colonial, porque viu com espanto que em quanto os negociantes da praça já sabiam por Inglaterra os ultimos e desastrosos acontecimentos de Angola, o governo que paga uma subvenção a uma companhia para ter communicações mensaes e regulares com Angola, vinha declarar em pleno parlamento que nada sabia, e dias depois chega o vapor de Africa que tudo confirma que se tinha passado mezes antes!

De Moçambique então o governo só tem communicações por milagre da Providencia, quando pela Terra do Natal as podia ter mensaes e regulares, bem como do mesmo modo de Angola por via de Inglaterra por Fernando Pó ou Santa Helena, ainda que não houvesse a nossa carreira de Africa.

E pois fôr de duvida que urge indagar as causas d'este mau serviço para as debellar. Tambem o paiz viu a especie de comedia que se deu para marcharem uns duzentos homens voluntarios que lá foram para Loanda. Uns dizem que o exercito não é obrigado a ir ao ultramar, e fundam-se para isto em leis que citam; outros entendem que o exercito deve ir onde a defesa da patria o exigir; outros acham que não se devem dar postos de acesso aos officiaes que forem servir nas colonias, e outros que sim; uns dizem que devem ir com os vencimentos ordinarios, e outros opõem que os devem levar dobrados, e quasi todos que não devem haver dois exercitos, um da metropole e outro das colonias, mas um só; outros têm saudades do batalhão naval; mas o facto foi que para sairem de Lisboa duzentos soldados do exercito para irem aonde a defesa da patria os chamava, foram precisos tempos e demoras inauditas que excederam a um mez (apoiados). O que isto provou foi que a nossa organização militar não convem a um paiz que tem tantas e tão importantes colonias a defender (apoiados repetidos).

Aqui estão já dois pontos que precisam maduro estudo, e radical reforma!

O judicial não o precisará? Pois a relação de Angola, composta só de tres membros, em um paiz insalubre e em uma terra pequena, não é o maior dos inconvenientes que se podiam crear! Uma relação de tres membros! Não era melhor gastar o dinheiro que com ella se gasta em melhorar e regularizar as communicações com Lisboa, aonde ha uma relação regular? (apoiados) Ahi estão no parlamento alguns illustres membros dos tribunaes superiores do reino que bem conhecem a justiça do que está dizendo. Pois a situação inferior em que deixamos os juizes e delegados do ultramar, em relação aos do reino, não ha de influir no modo de se exercer a justiça? Pois será regular que os juizes sejam membros do conselho do governo e da junta da fazenda? Não sabem todos os inconvenientes que resultam de envolver e encruar assim o judicial no administrativo? Em que estado está a instrução publica, a administração propriamente dita, a estatística, as pautas, a contabilidade publica, e a administração da fazenda? Quem viu já as contas de gerencia e exercicio do ultramar? Quem pôde finalmente advinhar pelo ministerio da marinha e ultramar qualquer cousa das nossas provincias ultramarinas? Aonde estão os orçamentos do ultramar?... Porque modo são confeccionados? Que montão de confusas leis que não estão impedindo todas as tendencias de prosperidade! O que é feito das missões? Aonde está no ultramar a instrução religiosa dos povos? Uns querem que em todas as provincias ultramarinas se estabeleçam conventos de missões, como o principal meio de evitar de perdemos as nossas possessões (apoiados); outros nem querem ouvir fallar em frades, e o facto é que até hoje aqueles povos se acham abandonados da palavra de Deus, e os missionarios estrangeiros lá vão minando a nossa legitima influencia por modo tal, que um dia Portugal não terá remedio, se assim continua, senão resignar-se a perder tudo, como agora perde pela venda, uma importante parte de Solor e Timor (apoiados), como de todo perderá Bolama, como já perdeu o Casamansa e tantas outras ricas possessões! Era para evitar este desastre que se devesse que o parlamento estudasse a questão do ultramar (apoiados).

O que tem feito o executivo até hoje? Pede réis 42:000\$000 por anno para Moçambique, e declara logo que tal quantia não é para fazer prosperar aquella colonia, mas unicamente para conservar o statu quo, que é horrivel: pede 8 ou 9:000\$000 réis por anno para Timor, e vende o resto d'aquelle governo: pede 200:000\$000 réis para Angola, e diz logo que este dinheiro é só para dar uma lição ao gentio, e restabelecer a tranquillidade, mas deixa progredir os germes de desorganização (se os não ainda mais com as suas medidas) (apoiados).

Pede 58:000\$000 réis por anno para estabelecer carreiras mensaes entre Lisboa e a Africa portugueza occidental, e o facto é que tal carreira não existe, porque os navios da companhia não sustentam a regularidade e celeridade essenciaes, e com tudo o governo é o culpado, que podia sem sacrificio algum dar a mão aquella zelosa companhia, e logo as carreiras seriam uma realidade.

Deste modo vê a camara que querem com este ruinoso systema de administração colonial, dar o triste espectáculo de fazer Portugal tributario das suas colonias (apoiados). Systema ruinoso e absurdo para a metropole e para as mesmas colonias, que assim não podem prosperar, e lá vae o paiz consumindo improduttivamente os seus capitães com estes soffrimentos! Pois o serviço de saude! Isso horrifica saber como elle é feito no ultramar. Basta dizer que em muitas ilhas e districtos insalubres não ha um só cirurgião, nem uma botica, e lá vae o pobre colono e o pobre funcionario publico, pessimamente retribuido, ser flagellado pelas febres que o arruinam! Eis as razões porque elle, orador, propõe um inquerito!

Qual será o motivo porque Portugal, possuindo tão ricas e importantes possessões, ellas são a sua ruína, em quanto as outras nações, como a Hollanda, a Hespanha e a Inglaterra d'ellas tiram tão gigantescos recursos? O que temos que fazer para ganhar pelas colonias a importancia que perdemos como nação? O que ha a resolver e adoptar, para que ellas nos sustentem uma forte esquadra, e nos auxiliem ainda o thesouro? É isto o que elle, orador, desejava que se resolvesse com um inquerito parlamentar! O parlamento assim representava verdadeiramente o paiz, que abunda em pundonor, pois declarava que finalmente começava uma era em que o poder legislativo queria effezadamente que Portugal subisse até á consideração que lhe cabe, pelos recursos que podem ministrar-lhe as suas ricas e importantes possessões!

Portugal é nimamente pequeno na Europa para se contentar com este torção se quer ter independencia! Fazamos com que Portugal seja principalmente na Africa, como a Hollanda fez com que elle paiz estivesse principalmente na Oceania!

Eis como o governo por um mero capricho pessoal se oppõe, tocando a rebato nos arraias da maioria, a uma innocente proposta! E o mesmo governo, que aqui veio pedir uma commissão de inquerito sobre a moeda falsa, e ainda por um capricho pessoal, revelando os segredos de justiça e apparelhando uma machina de diffamações! E é elle agora que se recusa ao inquerito!

Demonstrada a utilidade do inquerito, e a sua

natureza inoffensiva, passa a responder ao sr. ministro do reino Fontes Pereira de Mello, em relação ao que disse na ultima sessão.

Disse o sr. ministro que a divida de Angola e o seu critico estado financeiro era muito antigo; que se aggravou nos ultimos annos e não nos ultimos mezes, e que o governo não tem por isso responsabilidade... muito bem; optimo argumento contra o governo veio trazer o sr. ministro! Pois se aquelle critico estado financeiro se aggravou nos ultimos annos, já o governo sabia, quando teve em janeiro conhecimento do occorrido no Congo, que a provincia de Angola não tinha recursos para a occupação do Congo, que se tinha ordenado, e muito menos os teria depois do reves occorrido, que muito iria augmentar o critico estado da provincia, e então mais se aggravava ainda a falta do governo, por não ter logo collocado Angola em circumstancias adequadas ao que d'ella se exigia, em vez de completamente a abandonar até que a multiplicidade dos reveses e o clamor publico o obrigou a providenciar! (apoiados) E como o fez?... Nada mais dizia sobre este ponto, porque o simples argumento do sr. ministro tirava ao governo todos os pretextos de defeza a que podiam acolher-se (apoiados).

Disse o mesmo sr. ministro, que fôr um reves muito pequeno o que tivemos no Congo; elle orador deixa ao sr. ministro a gloria toda d'este argumento, e não lh'a inveja; porém não pôde deixar de contar á camara o que fizeram os francezes em 1853 na ilha de Canhaboque, do archipelago dos Bijagos. Aquella ilha não está sujeita a nação nenhuma europeia e ali são soberanos os indigenas. Foi ali feita uma affronta a subditos francezes. O que fez a França? Mandou logo doze vapores de guerra com 1:500 homens de desembarque á ilha de Canhaboque, e depois de fazer em terra quanto mal quizeram para castigar esse povo, fizeram com elle contratos de amizade e commercio do que tirou vantagens. Ora eis ahi um caso em que não se tratava do destrecho de uma força militar expedicionaria em um paiz sujeito á França, como em relação a Portugal acontece no Congo: ali fôr um crime sem premeditação feito por particulares, e sem offensa nenhuma á soberania franceza, e a França deu-lhe tanta importancia para evitar que a outros subditos francezes accedesse o mesmo.

«As guerras do sul, diz o governo, não são commoços, foram 12:000 ou 40:000 indigenas que se destinavam a roubar os gados de outros milhares de indigenas; o caso não era com os portuguezes, e se estes não fossem atacar o arraias dos indigenas estes não os teriam atacado. Não tem importancia estas guerras: são correrias para roubar, que se fazem todos os annos.»

Parceu-lhe até que o sr. ministro censurou o denodado e brioso comportamento do infeliz major Rocha que tão heroicamente faleceu defendendo uma praça! (apoiados) Realmente parece incrível que o governo diga isto em pleno parlamento! Pois o que representa n'aquellas paragens a autoridade portugueza! O que quer dizer a soberania de Portugal, se 12:000 ladrões hão de todos os annos ir á vista de nossos soldados talar os campos e roubar os gados de vassallos da coroa portugueza? Bello principio realmente para o governo vir proclamar no parlamento! Pois ahi em qualquer rua de Lisboa, pôde uma quadrilha de ladrões atacar e roubar uma casa á vista do administrador do bairro, sem que este deya metter-se com os ladrões que o não atacam a elle? Realmente custa a crer que ao governo lhe pareça que não foi mais nobre que os poucos portuguezes que estavam na Huilla se deixassem matar heroicamente antes que consentissem de braços cruzados que 12:000 ladrões talassem e roubassem os campos á vista da bandeira portugueza e dentro dos nossos domínios! Deve isto ficar consignado nos annaes parlamentares! (apoiados).

Pois fiquem o governo certo de que, em quanto não se extinguirem completamente taes bandos de ladrões, que annualmente devastam os nossos domínios, não poderá haver colonização nem agricultura, nem commercio importante, e a soberania portugueza será um escarneo, odiada pelos povos de quem se torna oppressora, porque lhes exige sacrificios, sem lhes garantir nem ao menos as suas propriedades.

Gostou muito de ouvir fallar um consciencioso deputado da maioria que fallou depois do sr. ministro, porque conceder, pelo importante cargo que exerceu em Angola, da situação em que está aquella provincia, e tendo da propria localidade informações modernas, exactas e fideis, contrariou completamente as asserções do governo.

O sr. Fontes disse em nome do governo, que o estado de Angola não era perigoso, e o illustre deputado declarou que o achava perigoso, e que julgava que a força que o governo ia mandar não fosse sufficiente para vencer tanto gentio sublevado!

O sr. Fontes acha sufficiente a quantia de réis 200:000\$000 para todas as despesas ordinarias e extraordinarias que ha a fazer em Angola, e o sr. deputado da maioria acha essa quantia muito inferior ás difficuldades da situação de Angola!

O governo diz que as desgraças no Loge foram devidas á falta do commandante da força, o capitão Sousa, e defende o governador do Ambriz; e o sr. deputado da maioria defende o capitão Sousa; diz que elle foi um heroe, e que já não tinha pólvora nem bala, quando depois de bastantes dias de combate se viu obrigado á força a lançar-se no Loge; e o mesmo sr. deputado mostra quanto é culpado o governador do Ambriz (apoiados).

O governo defende o governador de Mossamedes, e o sr. deputado da maioria accusa-o de cobardia, e de responsavel por uma parte das desgraças do sul.

Diz o sr. deputado que ha grandes erros na administração da fazenda, e que se deve nomear um governador para Angola, que seja bom administrador.

A camara presenciou tudo isto e conhecerá d'onde está a razão. Nunca um governo fez tão má figura em uma tão importante questão.

Passando agora a tratar da proposta dos 100:000\$000 réis que o governo pede para as despesas ordinarias e extraordinarias de Angola, entende que uma tal proposta só revela que o governo não comprehende a questão de Angola. Como entende o governo que pôde resolver a questão sem uma real e completa occupação do Congo, e dos districtos do Ambriz, de Mossamedes e de Cassanga! E como quer elle fazer essa occupação sem estabelecer uma linha de fortes que se auxiliem, desde as cabeças dos districtos até os seus extremos? Não é só escarmentar por uma vez o gentio. Isso é facil, mas o governo deve lembrar-se que o gentio, depois de batido, volta outra vez á aggressão e ao roubo logo que se retira a tropa.

É preciso uma occupação completa e permanente; para isso são precisas despesas que se não fazem com 200:000\$000 réis, e elle, orador, entende que com simples passeios de tropa só se consegue fazer victimas da febre os nossos soldados, deixando a questão sempre no mesmo estado.

Era curioso ver como o governo vinha ao parlamento pedir dinheiro aos bocadinhos; mas isto provava que o governo ignorava completamente o que lhe cumpria fazer, e ia ao acaso pedindo mais um pouco, á proporção que ia vendo que tinha que gastar mais (apoiados). Elle, orador, ouvindo o governo e os sr. deputados dizer, que era precisa uma grande força de cavallaria, ficou muito satisfeito, porque essa era a sua opinião, e o mesmo quanto á artilheria; e como o governo também disse que man-

dava artilheria, e que o todo chegaria a 1:000 homens, procurou fazer um orçamento da despesa ordinaria que faria esta força só com suas despesas ordinarias durante um anno, na hypothese de serem 153 praças de cavallaria, um batalhão de 612 praças de caçadores, e 170 praças de artilheria, incluindo officiaes, e achou que tal força, com soldos, gratificações e pretos dobrados, com etape a 45 réis diarios, e pão a 40 réis diarios, faria de despesa, a cavallaria 54:226\$900 réis, incluindo o custo dos cavalos; os caçadores 55:639\$270 réis; os artilheiros 36:000\$000 réis, incluindo a compra de mueres, o que tudo montava a 145:866\$170 réis; que com 15:000\$000 réis em que importou o frete do vapor Africa, 9:600\$000 réis em que se calculam as refeições de bordo para a força expedicionaria, e 8:000\$000 réis para camas de ferro, montava tudo á quantia de 176:466\$170 réis. Ora, para 200:000\$000 réis faltavam só 23:533\$830 réis, que não era excessiva para adiantamentos, ambulancias, medicamentos, dietas, e muitas outras despesas extraordinarias.

Ora, não fallando mesmo senão em relação ás despesas com a expedição, como é que o governo, se seriamente quer fazer as necessarias occupações militares, ha de fazer sem mais dinheiro os necessarios quartéis para a tropa, porque nem mesmo na capital da provincia os ha proprios? Como fazer hospitais, como construir tantas fortificações com as necessarias habitações e paços para se não repetirem os tristes acontecimentos de Quiballa, do Loge, do Congo e de Cassembo! Não vê o governo que para tantas occupações permanentes é preciso duplicar permanentemente a força militar de primeira linha! Não sabe o governo que essas occupações indispensaveis trazem grandes augmentos de despesa, e que ou Portugal tem de se tornar completamente tributario em larga escala da provincia de Angola, ou é preciso desde já desenvolver as fontes de riqueza por meio de boas estradas, e navegando os rios com vapores? E que despesa não é preciso para isso! E se não se fizer crê que cada vez mais augmento do deficit da provincia com as novas occupações, e portanto aggravar-se-ha cada vez mais a situação.

Aplicar fracos remedios a um grande mal, é querer augmento-lo até o tornar incuravel. E neste caso está certo que os factos continuaram, e até aqui, a confirmar o que elle, orador, tem julgado sobre a questão de Angola.

Registrem os sr. tachygraphos o que agora diz: se o governo se limitar ás despesas acanhadas que indica, em pouco tempo virá ao parlamento pedir mais recursos, e dizer que a situação se aggravava. Cuide de missionarios para a instrução religiosa, boas vias de communicação, occupação permanente e vigorosa; trate com caridade dos pobres soldados que manda para a Africa, aliás verá que todo o dinheiro que está gastando é para fazer victimas, e aggravar a situação.

Achou muito curiosa a idéa de mandar uma engenhoca de madeira para carregar a artilheria ás costas de pretos; mas acha muito serio o negocio, e por isso pede ao governo que desista de uma tal caricatura, e que mande mueres para transportarem os canhões obuzes que têm de acompanhar a tropa na campanha nos sertões de Africa (vozes: muito bem).

O governo não dá importancia aos desastres de Angola; é porque o governo não se lembra do que houve, quando teve logar a occupação do Ambriz; esqueceu-se do doutor Livingston, e da sua obra sobre as nossas possessões na Africa; esqueceu-se do que causou a morte do principe preto Agua Rosada; não se lembra de que a França, Inglaterra, e os Estados Unidos têm feitorias no littoral do Congo, e que uma guerra prolongada dá pretexto a essas nações para algum procedimento de occupação ou exigencias, porque os interesses d'essas feitorias soffriro consideravelmente com a guerra, sem que as respectivas nações tenham reconhecido a nossa soberania n'aquelle ponto; lembre-se do que se passa na Zambesia! Não deixe correr as cousas á revolta, para depois vir mais tarde dizer-nos que é preciso vendermos Angola, para que nos deixem S. Thomé, como fizeram com Solor e Timor (vozes: muito bem).

(Foi cumprimentado por numerosos srs. deputados).

O sr. Sousa Machado:—a questão que se debate já vem reproduzida da sessão antecedente, e foi hoje complicada e augmentada com o projecto que está em discussão, no qual o governo pede mais 100:000\$000 réis para serem applicados á expedição que foi para Angola.

Nesta questão não vê diante do si, nem governo, nem maioria ou opposição (apoiados), vê uma questão nacional, uma questão de pundonor e brio portuguez (apoiados).

Portanto, a camara relevar-lhe-ha, que durante as poucas considerações que tem a apresentar, se recusa poucas vezes ao governo: quer tratar do assumpto como entende e como o impressionou, pela narrativa poetica, apaixonada algumas vezes, e mesmo pathetica, com que foi informada a camara por um illustre deputado dos negocios que tinham corrido na provincia de Angola, e pelo relatório que o sr. ministro da marinha apresentou á camara.

Pela comparação d'aquella narrativa com o relatório se conhece o estado pouco prospero da provincia de Angola, e que as nossas armas por algumas vezes foram infelizes, o que uns attribuem a erros, crimes e desleixos das autoridades, e outros a infelicidade da nossa parte.

Pela impressão que lhe fizeram os documentos publicados pela imprensa, e pelas informações que foram presentes á camara, considera que houve em todos os desastres de Angola mais infelicidade do que crime. Se alguns erros houve, foram elles talvez procedidos mais do desejo de algum portuguez querer mostrar que em seu coração habitavam os sentimentos de patriotismo e o orgulho nacional; talvez d'ahi proviessem as consequencias desastrosas que todos lamentam.

O estado de Angola pelo que se vê não provem de hontem nem de hoje, provem de muitas causas, e entre ellas de algumas medidas que se têm adoptado desde 1834, e da falta de recursos com que aquella provincia tem lutado.

Esta questão de Angola está intimamente ligada com a questão da colonização, e mil outras questões que aos governos cumpre resolver, assim como de se adoptarem certas medidas que não têm sido adoptadas nem acceitas nas provincias ultramarinas (apoiados).

Na opinião de muitos a colonização é impossivel, na de outros difficil, e na sua opinião é tambem impossivel. Mas se a colonização é difficil e impossivel, não é impossivel a occupação. Não crê em colonias que não sejam occupadas, e desde o momento em que um paiz não puder occupar os pontos que lhe pertencem pelo direito, deve primeiro abandoná-los.

Angola é uma provincia riquissima, e segundo a opinião do sr. Affonseca, a joia mais preciosa da coroa portugueza: elle, orador, não sabe se será mais preciosa que Moçambique, mas não entra n'esta classificação e erê que são ambas joias preciosas da coroa de Portugal. E não era necessario dar mais valor a essa joia, realça-la mais, para que chamasse a attenção do parlamento e o levasse a votar os meios para melhorar a situação em que se acha, porque as noticias que vieram d'aquella nossa possessão contristaram toda a camara (apoiados), e fi-

zeram-lhe ver, assim como ao governo, a necessidade de procurar remedio a esse mal.

O governo pediu mais 100:000\$000 réis para applicar ás despesas da expedição de Angola, e alguns illustres deputados como o que o precedeu, entendem que a quantia é insufficiente para acudir ás despesas de momento. Esperava que o illustre deputado que combate o pedido dos 100:000\$000 réis que actualmente se pedem, e que pretende demonstrar que o governo não conhece a situação em que se acha Angola, desse o plano pelo qual entende que as despesas para que o parlamento tem desde já a habilitar o governo são 500:000\$000.

Está persuadido de que, até novembro o governo não tem mais precisão do que estes 100:000\$000 réis, porque não falla se não da situação de Angola em presença da guerra: os dinheiros que se tiraram do cofre dos defuntos e ausentes, esses tem o governo obrigação de pagar, porque são sagrados; mas agora trata-se só de habilitar o governo com os meios necessarios para occorrer ás despesas da guerra, e d'aqui até novembro as cousas podem mudar muito de face.

Quanto a outras providencias de que aquella provincia carece, espera que o sr. ministro da marinha as ha de tomar, porque confia na sua intelligencia, na sua probidade, e na sinceridade com que trata os negocios: elle, orador, quer antes um homem assim á testa da repartição de marinha, do que muitos charlatães que parecem que resolvem todas as cousas, e que tomam medidas, a maior parte das quaes são inadmissiveis, e de que mais tarde hão de conhecer os erros.

Tem-se querido dar a esta questão um relevo que lhe parece ella não comporta. Está persuadido de que a situação de Angola é grave, mas está longe de supor que os acontecimentos de Angola nos devam levar á convicção de que estamos em risco de perder aquella possessão (apoiados), mesmo com os meios que tem o governador, era impossivel tomar as posições do littoral que nós temos.

Portanto não se pôde de modo algum dizer que está em perigo aquella colonia portugueza, porque o não está, assim como acredita que esta expedição vae a Angola para ser destinada a operações em dois pontos que nos pertencem de direito.

Acredita que o governo faz um grande serviço ao paiz se mandar esta tropa para este fim, porque para sustentar o Ambriz e Mossamedes bastava apenas mandar alguns fundos. A expedição é necessaria, é conveniente, para a occupação dos pontos que de direito nos pertencem, mas de enja posse não estamos. Não tem os escrúpulos do illustre deputado o sr. Affonseca, e por isso não duvida dizer tudo o que a este respeito entende.

Antes de occupar os pontos que de direito nos pertencem, existem sempre pendencias diplomaticas, porque os nossos feis aliados britannicos, com quanto sejam muito amigos de Portugal, não reconhecem com muito boa vontade os direitos que Portugal tem ás suas possessões: muitos annos levou a reconhecer o direito de Portugal no Ambriz, e os proprios inglezes ali residentes, dizem que era um territorio neutro: depois reconheceram a nossa posse, a nossa bandeira, e são elles que se consideram estrangeiros.

Se o governo portuguez mandar ordens expressas para que a expedição faça occupar o Zaire, o Congo e Molembo, estes pontos ficavam pertencendo de facto e de direito á colonia; podiam haver notas diplomaticas sobre essa posse, mas depois de feita haviamos de a conservar, porque como disse, ella nos pertence de direito, mas é preciso desde o momento em que houver essa occupação, que ahi se conservem forças, e se façam fortificações, para proteger os bens, vida e propriedade dos exploradores que queiram ir para aquella parte do territorio portuguez. Se o governo não estiver disposto a isso, é melhor abandonar toda a idéa da expedição.

Esta questão de Angola reputa-se infeliz por um lado e feliz por outro, por que veio despertar os poderes publicos do lethargo em que estão de ha muito tempo a respeito dos negocios do ultramar.

Os portuguezes por generosidade e indole de seu caracter, concederam ás possessões ultramarinas o mesmo systema que nos rege, e desde 1834 que as provincias ultramarinas mandam quinze ou dezesseis deputados á camara; mas o que é verdade é que os deputados do ultramar servem para votar as leis para o paiz, mas não servem para votar as leis para o ultramar, por que essas nunca se apresentam nem se discutem.

Os governos têm tomado, desde o acto addicional para cá, uma grande quantidade de medidas legislativas que precisam da sanção parlamentar para terem completo effeito, mas os governos nunca as apresentam; e era talvez devida a algumas d'estas medidas grande parte do mal que hoje está soffrendo Angola. Se essas medidas fossem discutidas no parlamento, muitos deputados haviam de adoptar o pensamento que as difoi, mas não muitas das suas disposições.

É como se não tem feito isto, o governo actual parece-lhe que poderia talvez remediar esta situação, trazendo todas estas medidas que depois do acto addicional foram tomadas pelo governo e que estão consideradas como medidas legislativas, porque algumas d'ellas hão de ser reprovadas in limine na commissão do ultramar, e uma d'ellas é a que augmento de tres a cinco o numero de annos que um governador é obrigado a servir no ultramar.

Uma outra medida, e que diz respeito a Angola, é a da extincção dos carregadores; com quanto o sentimento seja nobre e philanthropico, e as intenções do legislador as melhores, contudo não lhe parece que fosse aquella a occasião mais opportuna, nem aquella o meio de que se devia lançar mão desde logo.

Referindo-se á questão da repressão da escravatura, no ultramar, mostra o absurdo de algumas medidas que foram adoptadas; a situação deploravel em que por isso ficaram collocadas varias das nossas provincias ultramarinas, de modo que havendo falta de braços n'umas e abundancia d'elles n'outras, não podem contudo serem transportados de umas para outras possessões portuguezas, e indica qual o meio que convem adoptar para reparar os inconvenientes resultantes do estado actual das cousas.

Pede ao sr. ministro da marinha que faça todo o possivel para apresentar á camara o orçamento do ultramar, para que os deputados por aquellas provincias tenham de que se occupar, e mesmo porque na occasião da discussão d'esse orçamento se podem trocar algumas considerações relativas á questão de fazenda, e tirar-se d'ahi algumas vantagens. Este negocio ainda n'esta sessão se poderia tratar, porque está certo de que a camara o poderia votar sem larga discussão.

Quanto á questão de Angola nada mais deve dizer, tanto mais quando os illustres deputados que d'ella se tem occupado, principalmente o sr. Affonseca, se tem levado a uma altura que é difficil acompanhar-lha nas suas considerações poeticas e apaixonadas por amor do paiz; portanto, como a sua voz é fraca, e não pôde por isso interessar nem esclarecer a camara tanto como este illustre deputado, por isso terminaria aqui as suas observações; porém entendeu que, como deputado do ultramar, devia tambem emitir a sua opinião a este respeito, ainda que pouco autorizada, contudo conscienciosa (apoiados), e sobretudo, formada por pequeno estudo, é verdade, mas com uma intelligencia que de-

seja empregar-se no serviço do seu paiz conforme pôde (apoiados, muito bem).

(O orador foi cumprimentado por varios srs. deputados).

O sr. Arrobas:—manda para a mesa um requerimento, que fica para segunda leitura.

O sr. Affonseca (sobre a ordem):—ainda os desastres de Angola!

Ainda a convicção intima, profunda e arreigada de que o calix das desgraças ainda se não esgotou completamente!

Ainda a persuasão de que o actual ministerio se não pôde elevar á altura das circumstancias!

A substituição que tem de mandar para a mesa á proposta do governo dá plena confirmação áquillo que acaba de dizer.

Observa que o sr. ministro do reino disse n'uma das sessões passadas o seguinte (salva a redacção): «o negocio de Angola não deve imprimir o mais leve reccio; o negocio de Angola não passa de uma questão de pretos contra pretos; se acaso os lavradores, e os habitantes de Mossamedes e outros pontos não fossem os primeiros a atacar, talvez o resultado fosse diverso!..»

Não sabe, não pôde conceber como s. ex.ª não se arreceia que debaixo das cadeiras do ministerio surjam as sombras das desgraças que foram assassinadas pelas zagaías dos negros, e dos desgraçados que foram sepultados nas aguas do rio Loge! Não sabe como s. ex.ª se não arreceia de que venham dar perante a representação nacional um desmentido formal a semelhante asserção!

Pois não passa de um negocio de pretos os 106 desgraçados subditos portuguezes que morreram afogados no rio Loge, e os 9 ou 10 soldados que, com o major Rocha, abraçados á peça, porque não tinham pólvora, morreram gloriosamente no seu posto? Será negocio de pretos a morte de 60 a 80 soldados com o seu commandante á frente? Será tudo isto negocio de pretos? Espera que a camara se não convencerá de semelhante asserção; e pelo contrario conclua que é um negocio muitissimo serio, e que lhe deve occupar toda a attenção o negocio da provincia de Angola (apoiados).

É necessario separar a questão do norte de Angola da questão do sul de Angola. A questão do sul de Angola foi uma correria que os pretos praticam de vez em quando; mas o negocio do norte de Angola é um negocio altamente serio (apoiados) e da maior responsabilidade para aquellos que d'elle se occupam.....

O sr. Presidente:—adverte ao sr. deputado que pediu a palavra sobre a ordem, e pede-lhe que, na conformidade do regimento, leia primeiro a sua moção de ordem.

O Orador:—lê a sua moção, que é para que em logar de se votarem 100:000\$000 réis, se votem 200:000\$000 réis, e espera que o governo seja o primeiro a apoiar esta moção, e acrescenta que cingindo-se completamente á questão de ordem, e tendo cumprido o regimento, vae dizer que entende, que o governo não faz cousa alguma só com os 100:000\$000 réis pedidos.

Quando o governo apresentou pela primeira vez o pedido do 100:000\$000 réis, elle, orador, dirigiu-se ao sr. ministro da marinha, e appella para a memoria de s. ex.ª, e disse-lhe que acreditava que alguma cousa se queria e podia fazer; mas que os 100:000\$000 réis era pouco, que devia pedir mais, devia pedir pelo menos 300:000\$000 réis, e que estava convencido de que a camara votaria tão depressa os 300:000\$000 réis como votaria os réis 100:000\$000.

Depois das ultimas noticias dos acontecimentos que tiveram logar em Angola, entende que os réis 100:000\$000 primeiramente pedidos e adicionados agora com outros 100:000\$000 réis ainda não chegam para o que o governo tem a fazer, e por isso julga prestar com a sua proposta um grande serviço ao paiz, e é a elle que o faz, e não aos cavalheiros que estão no ministerio, aos quaes não tem obrigação de o fazer, mas sim ao paiz, e o paiz está primeiro que os srs. ministros e antes do tudo (apoiados), quer antes estar bem com o paiz e mal com os ministros, que bem com os ministros e mal com o povo (apoiados).

A questão politica do norte de Angola é uma questão de extrema seriedade (apoiados). Não seguirá o exemplo do illustre deputado que o precedeu, não emitirá a sua opinião acerca de individuos nem acerca de nações, nem acerca de bandeiras; não dirá uma só palavra sobre isto, porque entende que não é aqui o logar nem occasião de formular ou emitir a sua opinião com designação de nomes, de nações, e de bandeiras; não o faz porque entende que é inconveniente. Mas a camara advinhá que o negocio de Angola tem uma seriedade muitissimo grande, e que é preciso muita habilidade e consumado talento para levar ao cabo a salvaguarda da honra nacional, e o pundonor da nossa bandeira (apoiados).

Isto é muito grave, entretanto parece-lhe que a nomenclatura de um governador geral acompanhado de todo o prestigio que lhe devem dar as necessarias habilitações, os conhecimentos e a intelligencia, que não pôde nunca separar-se de um logar semelhante áquello, está convencido de que um cavalheiro n'esta situação havia de levar ao cabo a grande empreza de conservar para a coroa portugueza uma das suas melhores joias!

Compunge o coração ver o estado a que ficará reduzida na realidade a melhor joia da coroa portugueza (não lhe retira o epitheto, e talvez possa dizer, de todas as coroas conhecidas!).

Que diria da triste nomenclatura que se fez para ali? Quando acredita que se tem de agitar questões diplomaticas da maior seriedade, quando se hão de discutir provisões de tratados celebrados connosco, quando se precisa de altas intelligencias, de grande pratica de negocios, é quando se faz uma nomenclatura que carece de tudo isto.

Quem toma sobre os seus hombros um peso superior ás suas forças, ou avalia mal esse peso, ou cede a um mesquinho sentimento de triste fatuidade.

Quando se medita na extensão do vasto territorio de Angola; quando se repara na variedade de productos, na riqueza d'esses mesmos productos, na fertilidade do seu solo, nos seus portos, nos seus rios navegaveis, enfim, em todas estas circumstancias, ninguém pôde deixar de reconhecer que effectivamente aquella possessão é uma das possessões mais ricas não só de Portugal, mas do mundo inteiro (apoiados).

A mineração variada de productos metalurgicos é de uma riqueza immensa. O ferro, não são minas de ferro, são montanhas de ferro que ha ali; ferro que tem 93 por cento de ferro puro, ferro reconhecido como o melhor e até superior ao ferro da Suecia. Tem o cobre, o estanho, o carvão, o enxofre, n'uma palavra, tem todos os metaes que se podem procurar para diversos usos. Tem o algodão, o algodão que é hoje uma questão palpitante e importante para todos os paizes manufacteiros do mundo.

A Inglaterra mesmo, apesar da sua grandessa, começa a sentir que um futuro negro está prestes a cair sobre ella com relação ao algodão: a America do Norte, o seu principal fornecedor d'este genero, começa a ser consumidora do seu proprio producto, dificultando assim a exportação d'elle para Inglaterra, que está em risco de ver quattroscentos mil operarios em Manchester atirados á rua por não terem algodão para fabricar. E isto é tão verdade que acaba de nomear-se uma commissão,

Cotton Supplying Association, composta de gente notável e rica, para procurar terrenos em toda a parte do mundo conhecido, onde se possa cultivar o algodão, em ordem a fornecer os grandes mercados de Manchester e de Glasgow.

Ora o algodão na America do Norte é biennial, no Brazil é annual, mas na provincia de Angola é perenne, colhe-se constantemente (*apoiados*); e alem d'esta feição que n'aquelle paiz se apresenta, acresce a boa qualidade d'elle, por quanto, tendo-se mandado uma porção de algodão para as fabricas de Inglaterra, e pedido aos fabricantes que dissessem se por acaso era elle, ou não capaz de fabricar fazendas finas, a resposta que se obteve, depois do o examinarem e de fazerem obra com elle, foi, como consta dos jornaes, a seguinte: «para a maior parte dos tecidos é superior ao do Egypto, que se reputa o melhor». Ter porém esta riqueza, menos presa-la, menos cabia-la, e não olhar para ella, é a verdade uma cousa lamentavel.

Os desastres que tiveram lugar no Ambriz, em Mossamedes e em outros pontos são pouco mais ou menos iguaes aos que tiveram lugar n'uma colonia ingleza.

Ha tres annos para quatro que na Demerara, na Guiné ingleza houve uma sublevação dos pretos contra os brancos, especialmente contra os brancos estrangeiros; correram sobre os seus estabelecimentos, sobre as suas lojas, atacaram, queimaram, feriram, assassinaram, fizeram toda a sorte de desatado á autoridade ingleza, que não pôde obstar-lhes porque a torrente era muita, mas foram lá tropas e a sublevação dos pretos supplantou-se; e o que depois se fez foi nomear-se uma grande commissão mixta, composta de inglezes e de estrangeiros, para fazer uma conta de todas quantas perdas se tinham soffrido por virtude d'aquelle desatado, e o resultado foi pagar-se integralmente a importancia d'ellas aos que haviam sido victimas, lançando-se depois uma contribuição ou capitação sobre todas as tribus revoltadas, que ainda hoje estão pagando ao governo, para o indemnizar dos adiantamentos que fez para indemnizar também aquelles que soffreram.

Eis-aqui está como se conduziu o governo inglez, e como é preciso que se conduza o governo portuguez (*apoiados*). Não se pôde consentir que aquelles que soffreram percam estabelecimentos, que lhes levariam vinte e trinta annos a formar, na esperança de no fim d'elles se recolherem ao seio das suas familias com uma certa independencia, e se achem entregues á nudez e á miseria (*apoiados*), quando a culpa não é sua.

Já sustentou na camera, e não tem duvida em continuar a sustentar, e se por acaso quando chegar as primeiras noticias d'aquelle desastre do Congo, ha seis mezes, se tivesse desenvolvido parte da actividade que se desenvolveu agora, não teriam acontecido esses desastres, e por consequencia quem é o responsável de todos elles é quem, tendo na sua mão o impedimento e preveni-lo, não curou d'isso; então entende que, a exemplo do que em Inglaterra se fez com respeito a Demerara, deve nomear-se uma grande commissão para que se examine até que ponto chegaram os prejuizos, e para que se indemnizem depois os cidadãos que os soffreram.

O negocio da escravatura é uma especie de mytho singular. Olhando para uma das nossas possessões, temos a ilha de S. Thomé e Príncipe, riquissima, fertilissima, abundante de tudo. Quem a percorrer ha de ver os restos, as ruínas de mais de cem engenhos de assucar (*apoiados*); quem compulsa os documentos que lhe dizem respeito ha de ver que a ilha de S. Thomé já chegou a exportar para mais de cento e cincoenta mil arrobas de assucar, e todavia hoje está quasi sem produzir assucar nenhum por falta de braços. E ha um governo (não falla d'este, mas da entidade governo), que se submete a outro que lhe dicta a seguinte doutrina: «tendes a ilha de S. Thomé, na qual precisas de braços, que tendes em abundancia na provincia de Angola, mas não os podeis transportar, porque eu não dou licença!» Ha nada mais insolito, mais extraordinario! E porque é isto? E pelo receio de que se faça a escravatura. Pois não haverá meio de em boa fé se ajustarem os dois governos para se fornecer de braços a ilha de S. Thomé, e ao mesmo tempo impedir que se faça a escravatura?

Está convencido de que podia fazer-se uma negociação com o governo inglez, que é quem tem tomado a peito a questão da escravatura, para que ao governo portuguez fosse licito o transportar os braços que tem em grande quantidade em Angola para S. Thomé, que só em assucar e café podia fornecer quasi o consumo de metade da Europa.

O Congo foi militarmente occupado nos principios da descoberta, quando os nossos antepassados effectivamente prestavam a attenção e o desvello que lhes deviam merecer terrenos, que elles por tantas vezes tinham regado com o seu sangue: nas margens do Zaire havia fortalezas, havia-as no interior, em S. Salvador...

Como dêse a hora, pede que se lhe reserve a palavra para a sessão seguinte.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de segunda-feira a continuação da materia em discussão, e alem do que estava indicado o projecto n.º 64; e declarando que segundo a resolução da camera ha de ter lugar na ultima hora interpellações, levanta a sessão.—*Eram quatro horas da tarde.*

RECTIFICAÇÃO

A representação da camera municipal de Felgueiras sobre o recrutamento foi enviada á commissão especial do recrutamento, e não ás de administração publica e de guerra.

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 16 de junho, estiveram presentes á chamada tres quartos depois do meio dia

Afonso Botelho, Moraes Carvalho, Balduino, Alves Martins, Antonio de Carvalho, Eleuterio, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Henriques Secco, Barreiros Arrobas, Pequeto, Lopes Branco, Rodrigues Sampaio, Vaz da Fonseca, Peixoto, Zeferino Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Abranches, Carlos Bento, Claudio Nunes, Teixeira da Motta, Faustino da Gama, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Pulido, F. P. Tavares, Rodrigues Batalha, Soares Franco, Gaspar Pereira, Gaspar Teixeira, Pereira de Carvalho, Palma, Jacinto de Andrade, Martins Ferrão, Mello e Minas, J. J. de Azevedo, Mello Soares, Rebello Cabral, Castro Portugal, Aragão Mascarenhas, Sousa Machado, Calça e Pina, Noronha e Menezes, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, Silva Cabral, Infante Pessanha Encarnação Coelho, José Esteves, Alves Chaves, Feijó, Christiano da Fonseca, D. José de Alarcão, J. M. da Costa e Silva, Frazão, Silveira e Menezes, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, D. Luiz da Camera Leme, Freitas Branco, L. Pinto Tavares, Afonseca, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Pedro Jacome, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Nogueira Soares, Simão de Almeida, Thiago Horta, Visconde de Pindella, Visconde de Porto-carrero.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Figueira—A draga que se estava montando n'esta villa deveria ser lançada ao rio, conforme diz o *Trilhamo Popular*, no dia 7 do corrente.

A esta noticia acrescenta o *Commercio do Porto* o seguinte:

«O dia 7 foi, para a villa da Figueira, um dia de regosijo popular por motivo do lançamento á agua da draga que deve ser empregada no melhoramento da barra e porto.

«A operação foi dirigida pelo machinista inglez Thompson, com quem o governo contratara a construção da draga.

«A sua queda na agua foi festejada com applausos entusiasticos, girandolas de foguetes, repiques de sinos, musica da phylharmonica da villa, a que respondia o troar compassado do canhão da draga.

«A concorrência de povo era immensa. Ao norte da carreira construiu-se um pavilhão espaçoso para as senhoras e cavalheiros de distincção.

«No convéz da draga, que estava lindamente impenetrada e adornada de grinaldas de flores, serviu-se depois, sobre uma mesa, um modesto refresco aos operarios. Foi uma festa verdadeiramente popular em que toda a gente da villa e immedições tomou parte.

«Os povos já hoje sabem comprehender o verdadeiro alcance dos melhoramentos uteis, e de reconhecimento proveito para o bem commun.

Coimbra—Segundo diz o *Cominbricense*, vão começar brevemente com toda a actividade, e em grande escala, os trabalhos do caminho de ferro junto a esta cidade.

Vizeu—No *Viriato*, jornal d'esta cidade, encontram-se as seguintes noticias acerca dos trabalhos graphicos que se acabam de fazer n'uma das estradas mais importantes da Beira:

«Os trabalhos graphicos da estrada de Vizeu a Lamego acham-se concluidos desde Castro Daire até Bignone. O traçado e a planta do terreno em toda esta extensão estão promptos e acabados pelo sr. engenheiro Gouveia Osorio.

«O mesmo funcionario anda tirando a planta parcelar das propriedades, que a estrada tem que atravessar.

«Em toda a estrada de Lamego a Vizeu a parte mais difficil, e que deve ser mais custosa de rasgar pela qualidade e natureza do terreno, é esta, que vae de Castro Daire a Bignone.

«O sr. Osorio concluiu os trabalhos graphicos n'esta extensão de terreno tão accidentado, e tão difficil, em muito pouco tempo, e, segundo nos informam, com muita perfeição.

Braga—O *Bracarense* publica as seguintes importantes noticias agricolas:

«As searas em geral promettem um anno abundante; as oliveiras dão muita esperança á agricultura e ao commercio; e os nossos vinhedos estão lindos e vigorosos. O *oidium* appareceu em pequena escala, e pouco estrago tem feito até agora.»

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 14 do corrente, e de Paris até 12.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Berlin, 12 de junho—Em Vienna, foram interrompidas por quinze dias as sessões do conselho do imperio, a fim de se proceder a trabalhos de commissões.

Napoles, 12—O conde de Aquila, tio do rei, insiste em que seja adoptada uma politica italiana, e que se conceda uma constituição. Sua magestade, segundo parece, accede a que seja estabelecida uma constituição, baseada nos mesmos principios que a da França.

Em Palermo fallava-se do suffragio universal, e algumas pessoas designavam Garibaldi como chefe do governo que ali se deve estabelecer definitivamente.

Marselha, 12—Chegou o paquete de Napoles trazendo noticias que alcançam até ao dia 9 do corrente. O governo insistia na prohibição de que sejam transmitidos despachos telegraphicos.

Tem tomado maior consistencia o boato relativo á promulgação de uma constituição.

As tropas de Palermo retiraram-se com armas e bagagens.

As tropas napolitanas conservam ainda como posições estrategicas. Messina, Licata, Siracusa e Milazzo.

Paris, 13—A entrevista do imperador com o principe regente da Prussia terá lugar no dia 16 do corrente em Baden. Segundo affirmam as correspondencias de Berlin, tomarão parte n'esta entrevista o rei da Baviera, o do Wurtemberg e os grão-duques de Hesse e Baden.

O rei da Sardenha sancionou a lei de cessão da Saboya e Niza. Segundo o tratado que publica o jornal official francez, estabelecer-se-hão tres novas provincias. A baixa Saboya, a alta Saboya e a dos Alpes maritimos.

Por decreto imperial foi nomeado o conde Morny presidente do corpo legislativo, ficando vice-presidentes Scheinda e Revel e secretarios Herbert e Perrot.

Os jornaes de Palermo queixam-se do procedimento das tropas napolitanas.

Foi preso em Ancona um coronel de cavallaria pontificia, chamado Frigeri.

Palermo (*este despacho vem sem data*).—Continua o embarque das tropas reaes. Na cidade vese ainda grande numero de barricadas.

Marselha, 14 (Malta 9)—Diz-se que a esquadra ingleza partirá hoje para a bahia de Bersika.

Londres, 14—Segundo affirmo o *Times* foram enviados para Napoles alguns navios de guerra ingleses.

Berlin, 13—O congresso de soberanos allemães que se reúne em Baden, tem por fim destruir as pendencias que dividem a Alemanha em dois partidos.

—Despachos dados pelo jornal *El Dia*:

Londres, 12 de junho—O governo retirou o projecto de reforma parlamentar.

Berlin, 11—No proximo sabbado verificar-se-ha em Baden a entrevista do principe regente da Prussia com o imperador Napoleão.

Paris, 12—O *Moniteur* publica hoje o tratado de annexação de Saboya e Niza á França. No preambulo, o ministro dos negocios estrangeiros, mr. Thouvenel, trata de demonstrar que a nova aquisição da França não tem caracter algum de ambição, porém só de previsão, porque a França longe de aspirar a conquistas quiz só obter uma garantia. Na proxima sexta-feira terá lugar officialmente a posse dos novos estados.

Paris, 13—O *Moniteur* de hoje annuncia que o senado adoptou por unanimidade o *senatus consultus* que annexa a Saboya e Niza á França. A constituição e as leis francezas vigorarão n'esses territorios desde o principio de 1861.

Londres, 13—Lord Palmerston disse nas camaras, que crê que a Austria e a França se negaram a intervir a favor de Napoles; que a Inglaterra dera a conhecer o horror que lhe causou o bombardeamento de Palermo, em quanto que, na opinião do ministro, o rei de Napoles felicitará os chefes que o levaram a effeito.

Lord Palmerston acrescentou que julgava que os inglezes não occuparam o forte de Palermo durante a evacuação.

Turim, 11—A esquadra sarda foi victoriada apenas chegou a Palermo.

As tropas e artilheria que guarneciam o castello embarcaram já.

Nas ruínas das casas incendiadas foram encontrados muitos cadaveres, e entre elles alguns de mulheres e creanças.

Desmente-se a noticia de que Farini partisse para Palermo, encarregado de uma missão.

Paris, 11—O principe Jeronimo, que estava quasi restabelecido, piorou, porém á data das ultimas noticias estava melhor.

O jornal *Courrier de Paris* recebeu uma advertencia em consequencia de ter publicado um artigo que infringe as leis do paiz.

No dia 14 haverá em Paris e em todos os departamentos grande festejo nacional, para se celebrar a annexação de Saboya e Niza á França. No mesmo dia, as autoridades francezas tomarão posse d'aquellas provincias.

É a todo o momento esperado o commendador Martino, enviado extraordinario do rei de Napoles, que vem encarregado de uma missão importante.

—O imperador parte para Berna, no dia 15, a fim de conferenciar com o principe regente.

—Alem dos despachos que acima transcrevemos, o jornal *El Dia* publica á ultima hora a seguinte nota:

«Continuam sendo pouco frequentes, e sobretudo essencialmente contradictorias, as noticias da Sicilia, e á hora em que escrevemos estas linhas corre a noticia de que foi apressado por uma fragata napolitana, um navio a bordo do qual iam 1.000-homens, a fim de se porem ás ordens de Garibaldi.

«Na corte das Duas Sicilias reinava a maior confusão, e apenas se fundavam algumas esperanças em Napoleão III.

«O chefe superior da policia e alguns outros funcionarios, mal vistos pelo povo, iam ser demittidos.»

SICILIA

Uma correspondencia particular de Palermo, dirigida á *Agence-Havas*, narra, nos termos seguintes, os acontecimentos que tiveram lugar n'esta cidade, desde o dia 27 de maio ultimo até á tarde do dia 28:

«No dia 27, ás quatro horas da madrugada, as forças acampadas na montanha de Gibitrose, precedidas dos caçadores dos Alpes, commandadas por Garibaldi, atacaram a cidade de Palermo pelas portas chamadas: *Porta Reale, porta San-Antonio, e porta di Termini*. Depois de terem aberto caminho, á bayoneta, por entre as tropas que defendiam este ultimo ponto, Garibaldi apoderou-se, ás seis horas e meia, da casa da camera, e ali se recolheu com os seus officiaes e a commissão da cidade.

«Apenas se ouviram os primeiros tiros, a insurreição propagou-se por toda a cidade, que pouco depois, ás sete horas da manhã, começou a ser bombardeada pelos navios napolitanos, e pela fortaleza.

«As dez horas declarou-se o incendio em diferentes pontos, e um novo ataque foi dirigido contra a bateria estabelecida na porta Maqueda. A fortaleza continuou a despedir bombas sobre a cidade, cujas casas abatiam no meio de enormes turbilhões de poeira. O palacio do banco foi um dos primeiros edificios que foi victimas das chammas.

«Durante este tempo os sinos das igrejas e dos conventos tocavam sem interrupção.

«Logo de manhã, os navios que estavam no porto, e para onde se refugiaram muitas pessoas, foram collocar-se por traz da linha dos navios de guerra estrangeiros.

«As tropas reaes concentraram-se ao norte na fortaleza, ao sul no palacio do rei, e em Monreale.

«As 9 horas da noite diminuiu o bombardeamento.

«De noite a cidade esteve illuminada. Todo o bairro central de Toledo, de S. Francisco, de Santa Catharina, do theatro Carolino, a bella praça do Senado, estavam em chammas. Os feridos foram transportados para o convento da Gancia, e para o hospital de Meretrici. As portas das prisões de Theania foram abertas, e a tropa de linha, que as defendia, retirou-se para tres navios napolitanos preparados para este effeito.

«28 de maio.—De manhã cedo Garibaldi fez constar ao general Lanza, que se o bombardeamento continuasse, ver-se-ia na necessidade de mandar fusilar uma parte dos 200 soldados que fizera prisioneiros.

«Ao meio dia os revoltosos atacaram o palacio real. A fortaleza continuou a bombardear a cidade.»

—Quanto ao estado geral da Sicilia recebemos os seguintes promenores que contribuem para que se aprecie a situação das cousas, tal qual era á data das ultimas noticias.

Garibaldi, considerando-se, pela sua posição, como o possuidor definitivo de Palermo, não obstante existir o armistício, organisa o seu governo e a sua

administração. As suas relações com as familias importantes do paiz, que tomaram parte na insurreição e que são poderosamente o auxiliares, modificaram, segundo se diz, as suas idéas, não sobre a questão da unidade italiana, mas sobre os meios que devem ser empregados para se fazer a applicação de tal principio á Sicilia.

O movimento actual é um movimento siciliano, os habitantes querem ser sicilianos e ter um parlamento exclusivamente seu, que se reunirá em Palermo. Sob a reserva d'estas vantagens, os sicilianos desejam entrar na grande familia italiana; porém não accedem á applicação do systema de completa absorção empregado em relação á Toscana e ás outras provincias que foram annexadas. Garibaldi, segundo parece, está compenetrado d'esta verdade, que não muda as suas convicções, mas que, na pratica, deve modificar os seus planos.

Toda a provincia de Palermo deve seguir a sorte d'esta cidade, e o mesmo acontecerá á de Trapani. Quanto á provincia de Girgenti ignora-se se os outros pontos seguirão a palavra de ordem da cabeça do districto; apenas se sabe que Regalmuto resistiu uma primeira vez ás tentativas da insurreição, porém a tomada de Palermo poderá modificar este estado de cousas.

Em todo o caso deve considerar-se a insurreição como senhora de tres provincias sobre sete.

Os napolitanos possuem toda a costa que se prolonga desde Milazzo e Messina até Licata, passando pelo cabo Passero. Esta parte da ilha contém as melhores praças fortes. A defeza está também de posse da provincia interior de Caetanissetta. A guarnição d'esta praça e a de Castro-Giovanni, que é a cidade mais elevada de toda a ilha, foram reforçadas.

Tal é a situação actual. Garibaldi desenvolve a maior energia, para organizar a insurreição debaixo do ponto de vista militar, porém tudo dependerá das primeiras operações que se empreenderem, caso estas, o que não provavel, tenham lugar.

SUISSA

A *Gazeta de Lausanne* de 2 do corrente diz que o conselho federal dirigiu uma nova circular aos seus agentes, nos paizes estrangeiros, a fim de restabelecer no seu verdadeiro estado, segundo a sua opinião, o espirito das negociações e dos tratados de 1815, na parte relativa á neutralisação da Saboya.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INSTRUMENTOS D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
JUNHO-15	Millímetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	753,61	20,0	78,7	ONO.
3 t.	754,16	18,7	72,8	NO.

DIA 14.

Maxima—temperatura.....	19,6 C.
Minima.....	13,4 "
Ozone (de noite).....	8,5
Ozone (de dia).....	5,0
Chuva (adometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vapormetro).....	6,2 "

Altura barométrica correcta.
Altitude do barometro 951 metros.
Temperatura á sombra.

	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
JUNHO-16	Millímetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	757,04	17,0	51,8	NO.
3 t.	756,28	18,9	47,8	NO.

DIA 15.

Maxima—temperatura.....	21,1 C.
Minima.....	13,6 "
Ozone (de noite).....	9,0
Ozone (de dia).....	5,0
Chuva (adometro).....	5,2 Mil.
Evaporação (vapormetro).....	7,6 "

Altura barométrica correcta.
Altitude do barometro 951 metros.
Temperatura á sombra.

NOTICIAS COMMERCIAES

Mapa semanal do movimento do gado, no matadouro publico, na semana finda em 13 de junho

DESTINO	VITELLAS				FICARAM EXISTINDO			
	BOS	VACAS	TOTAL	MAÇAS	BOS	VACAS	TOTAL	MAÇAS
Existiam.....	8	18	26	8	8	54	37	13
Entraram.....	302	162	464	47	69	378	—	—
Mortos.....	272	167	439	47	63	415	—	—
Reprovados.....	1	—	1	—	—	—	—	—

N. B. Foi a enterrar uma unha de uma rez. Fizeram-se debastamentos em quatro chambões e tres costellas.
Casa da administração, em 14 de junho de 1860.—O fiscal, Manuel Antonio Pima.

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA
Dia 16 de junho

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Nova União, cabique portuguez, mestre L. M. Baptista, de Olhão em 4 dias, com vinho e encomendas; 8 pessoas de tripulação e 8 passageiros, que são: Pedro Lopes, José Martins Cavaco, maritimos; Maria Rosa, Gertrudes do Carmo, Thereza Viegas com 1 menor, Maria Barbara, Thereza de Jesus, portuguezes.—Entrou e deu fundo hontem ás 9 horas e um quarto da noite.

Aigle, hiate francez imperial a vapor, commandante o contra-almirante Dupony, de Cherbourg em 3 dias; 178 praças de guarnição, 2 peças, e da força de 500 cavallos.

Zeeland, fragata hollandeza a vapor, commandante o capitão de mar e guerra H. Wipff, de Plymouth em 11 dias; 500 praças de guarnição, 59 peças, e da força de 400 cavallos.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

Restauração, cabique do arsenal.

Senhora do Rosario e Almas, cabique portuguez, mestre A. da Luz, para Peniche, com sal e encomendas; 7 pessoas de tripulação e 11 passageiros, que são: Felicidade Perpetua, com uma filha, Maria Felicia, com uma pessoa de familia, Joaquina da Piedade, com um menor, Gertrudes do Espirito Santo, com um menor, Maria Rosa Seraphim, Maria da Conceição, com um menor; portuguezes.

Julia, rasca, mestre J. C. Sena, para a Vieira, em 10 dias; 9 pessoas de tripulação.

Londro, chalupa ingleza, capitão F. Renouf, para Londres, com batata; 5 pessoas de tripulação.

Ernestine, escuna dinamarqueza, capitão R. Raahauge, para Cronstadt, com azeite e vinho; 8 pessoas de tripulação.

Visconde de Athougia, paquete portuguez a vapor, capitão M. G. Xavier, para a ilha da Madeira, com encomendas; 26 pessoas de tripulação e 13 passageiros.

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, para o Porto, com fazendas; 25 pessoas de tripulação e 173 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 16 de junho de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 15 de junho—3 por cento consolidado a 49,20.

Em 16 de junho—3 por cento consolidado a 49,45.

Bolsa de Paris, em 15 de junho—3 por cento francez a 68,75.

Em 16 de junho—3 por cento francez a 68,50—4 1/2 dito a 97.

Bolsa de Londres, em 15 de junho—Consolidados de 93 3/8 a 93 1/2.

Em 16 de junho—Consolidados de 93 3/4 a 93 3/8.

INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

III.º sr.—Participo a v. s.ª que a 16 do corrente mez, pelas sete horas da manhã, foi levado aviso ás casas de estação das bombas, pertencentes ao circulo n.º 14, de que se tinha manifestado incendio na loja de um pateo, que tem o n.º 16, nas escadarias de S. Christovão. Os socorros foram promptos, e o fogo, que de uma porção de carvão se tinha communicado ao soalho, apagou-se immediatamente.

No mesmo dia, pelas doze horas, houve um outro